

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CARMEN ROBERTA DE OLIVEIRA TABOADA

**UM ATIVISMO (QUASE) ESQUECIDO: o movimento sufragista e seu impacto na
política externa britânica (1914-1918)**

Porto Alegre

2021

Carmen Roberta de Oliveira Taboada

UM ATIVISMO (QUASE) ESQUECIDO: o movimento sufragista e seu impacto na política externa britânica (1914-1918)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Otavio

Porto Alegre

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao corpo docente da graduação de Relações Internacionais da UNISINOS pelo conhecimento trocado e relevantes debates feitos, vocês foram fundamentais para minha formação acadêmica, pessoal e profissional. Em especial, menciono os Professores Álvaro Paes Leme e Nádia Menezes, coordenadores do curso, obrigada por todo apoio, carinho e paciência ao longo destes quatro anos.

Agradeço ao meu professor orientador, Anselmo Otavio, por todo apoio, incentivo e auxílio durante a produção deste trabalho e em toda minha trajetória acadêmica. Obrigada pelo teu conhecimento, paciência e tranquilidade.

Agradeço ao escritor e historiador, Ken Follett, por ter escrito sobre um período tão importante da história de uma forma tão envolvente. Obrigada por ter criado personagens comuns e, ao mesmo tempo, extraordinárias, em que tenho Ethel e Maud como inspiração para o início desta pesquisa.

Agradeço à minha família, meus pais, meu irmão e meus avós pelo apoio e amor imensos, obrigada por estarem sempre presentes e me incentivando a buscar meus sonhos. Vocês são tudo para mim.

Aos meus pais, José Luciano e Martha, por me ensinarem a ir atrás dos meus objetivos e me encorajarem a buscar meu lugar no mundo. A força e sabedoria de vocês me motivam.

Ao meu irmão, Gustavo, por ser uma luz na minha vida e me mostrar a importância do amor nas nossas atividades diárias. Tua superação me inspira.

Agradeço ao Miguel pelo suporte, carinho e atenção no decorrer deste longo processo de estudos. Tua compreensão e parceria foram essenciais.

Agradeço aos meus colegas de curso e, logo mais, de profissão por trilharem comigo esta importante caminhada em nossas vidas. Obrigada por todo apoio, companheirismo, risadas e trocas, vocês são pessoas que levarei comigo para o resto de minha trajetória.

Agradeço aos meus amigos por me acompanharem em momentos tão desafiadores e, também, tão alegres, tenho muita admiração por vocês e orgulho de quem estamos nos tornando. Obrigada por compartilharem comigo experiências acadêmicas, profissionais e de lazer, cada uma foi essencial para meu crescimento e amadurecimento pessoal.

“Nós podemos mudar o mundo”, pensou.

“Não é fácil, mas é possível”.

Ethel, em Queda de Gigantes, Ken Follet

agora

não é a hora

de fazer silêncio

ou pedir espaço

porque a gente nunca teve espaço para

nada

agora

é a nossa hora

de abrir bem a boca

falar mais alto do que nunca

até que ouçam

Rupi Kaur

RESUMO

As relações de gênero são um tema de pesquisa recente dentro da área de Relações Internacionais (RI). Considerando, portanto, a falta de estudos e visibilidade sobre a temática dentro desta disciplina e do contexto político internacional e nacional de vários países, é extremamente necessário que a história e o presente sejam discutidos sob uma perspectiva que priorize as questões de gênero a fim de que as mulheres conquistem seu espaço no âmbito público e privado da sociedade. Nesse sentido, a presente monografia busca analisar o possível impacto do movimento sufragista britânico, que lutou pelo voto feminino, na política externa do Reino Unido no período da I Guerra Mundial (1914-1918). Para tal, a pesquisa será orientada pela Teoria Feminista de Relações Internacionais, especialmente pela visão da autora Ann Tickner, e pela Análise de Política Externa do Jogo de Dois Níveis, formulada por Robert Putnam. Assim, é possível salientar que, embora existam conquistas na luta por direitos civis femininos e pelo espaço público e político das mulheres, ainda é preciso que estas sejam reconhecidas como atores do sistema para, deste modo, serem capazes de impactá-lo e modificá-lo. O objetivo deste trabalho é contribuir para um pensamento mais plural na Academia e para inspirar maior participação feminina nos espaços de tomada de decisão nacionais e internacionais.

Palavras-chave: Teoria Feminista de Relações Internacionais; Gênero; Política Externa; Jogo de Dois Níveis; Movimento Sufragista; Reino Unido; I Guerra Mundial.

ABSTRACT

Gender relations are a recent research topic within the area of International Relations (IR). Therefore, considering the lack of studies and visibility on the subject within this discipline and the international and national political context of several countries, it is extremely necessary that the history and the present are discussed from a perspective that prioritizes gender issues in order so that women conquer their space in the public and private spheres of society. In this sense, this monograph seeks to analyze the possible impact of the British suffrage movement, which campaigned for the female vote, on the United Kingdom's foreign policy during the period of World War I (1914-1918). To this end, the research will be guided by the Feminist Theory of International Relations, especially from the vision of the author Ann Tickner, and by the Foreign Policy Analysis of the Two Level Game, formulated by Robert Putnam. Thus, it is possible to emphasize that, although there are achievements in the struggle for women's civil rights and for the public and political space of women, it is still necessary that they are recognized as actors in the system in order to be able to impact it and change it. The objective of this work is to contribute to a more plural thought in the Academy and to inspire greater female participation in national and international decision-making spaces.

Key-words: Feminist Theory of International Relations; Gender; Foreign Policy; Two Level Game; Suffrage Movement; United Kingdom; World War I.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APE	Análise de Política Externa
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
ICWPP	International Committee of Women for Permanent Peace
IGM	I Guerra Mundial
IIGM	II Guerra Mundial
NCF	No-Conscription Fellowship
NUSEC	National Union of Societies for Equal Citizenship
NUWSS	National Union of Women's Suffrage Societies
ONGs	Organizações Não Governamentais
RI	Relações Internacionais
SI	Sistema Internacional
WFL	Women's Freedom League
WILPF	Women's International League for Peace and Freedom
WSPU	Women's Social and Political Union

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O FEMINISMO EXPRESSO NO JOGO DE DOIS NÍVEIS	13
2.1 TEORIA FEMINISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	15
2.2 POLÍTICA EXTERNA DE DOIS NÍVEIS	22
3 ENTRE ESTADOS E INDIVÍDUOS: O MOVIMENTO SUFRAGISTA E A I GUERRA MUNDIAL	32
3.1 A I GUERRA MUNDIAL E SEUS IMPACTOS NO SISTEMA INTERNACIONAL ...	32
3.2 O MOVIMENTO SUFRAGISTA FEMININO NO REINO UNIDO	39
4 ENTRE ÊXITOS E LIMITES: O MOVIMENTO SUFRAGISTA E SEU IMPACTO NA POLÍTICA EXTERNA BRITÂNICA	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	72

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso se propõe a analisar a atuação do movimento sufragista britânico, no contexto da I Guerra Mundial, em relação à formulação e mudança na política externa do país. Assim, com vistas a esclarecer e responder a pergunta “Qual o impacto do movimento sufragista na política externa do Reino Unido durante o período da I Guerra Mundial?”, será feita uma pesquisa que leve em consideração os aspectos de gênero do processo político interno e externo de um país. Isto é, a partir da perspectiva de política externa de Dois Níveis de Putnam e da visão teórica feminista de Tickner, buscar-se-á analisar o papel das sufragistas britânicas na tomada de decisão do governo durante o evento histórico mencionado.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa consiste, justamente, na análise da participação do movimento sufragista feminino - seus objetivos, contribuições e dificuldades - na política externa do Reino Unido na I Guerra Mundial (1914-1918). Assim, tendo como base a literatura feminista de Ann Tickener (2001, p. 2), a qual afirma que “apesar das mulheres sempre terem sido *players* da política internacional, frequentemente suas vozes não têm sido ouvidas na arena política, nem na disciplina que as analisa”¹, entende-se a importância de considerar, primeiramente, as mulheres como atores e, da mesma maneira, dar voz e espaço a elas no cenário político, econômico e social nacional e internacional.

Isto posto, neste estudo, é essencial compreender o feminismo não apenas como teoria, mas também como ator, o qual tem influência sobre os eventos internacionais. A partir disso, pode-se deslocar o entendimento da atuação feminista - não apenas da parcela sufragista do movimento - para outros fenômenos históricos ou, até mesmo, atuais, sejam de guerra, sejam de outro caráter. Deste modo, constitui-se de grande importância a percepção deste trabalho não somente com o intuito de dar visibilidade à participação feminina na conjuntura internacional, porém também equivaler-se como forma de questionamento dos pressupostos tradicionais da disciplina de Relações Internacionais (RI), no âmbito dos estudos de gênero e de política externa.

Assim, para a formulação desta pesquisa, ela foi baseada em pontos como: i) a falta de reconhecimento das mulheres como atores nas Relações Internacionais tem origem nas estruturas hierárquicas de gênero tradicionalmente impostas na sociedade e este fato é retratado, por conseguinte, nas pesquisas deste campo de estudos e na própria realidade

¹ No original: “*While women have always been players in international politics, often their voices have not been heard either in policy arenas or in the discipline that analyzes them*”.

vivenciada por este grupo social; e ii) a ação do Estado é aquela tomada por quem age em nome deste (FIGUEIRA, 2011), ou seja, a ação do Estado e a política externa são carregados de subjetividade, pois o agente tomador de decisão carrega ideologia, emoções, cultura e outros aspectos cognitivos e sociais que influenciam suas condutas. Nesse sentido, considerando a escassez de literatura sobre o tema desta pesquisa e o caráter recente do debate feminista no campo de RI, entende-se que as teorias continuam seguindo modelos masculinos e ocidentais de governo e de Estado e, portanto, que este padrão deve ser questionado e quebrado, a fim de que ocorra o desenvolvimento de novas linhas de pensamento, cujas características sejam aberta, plural e menos desigual, de modo a levar em conta questões de gênero, raça, nacionalidade, sexualidade e etnia.

Segundo Tickner (2001), existe certa confusão e dúvida sobre a relação entre a abordagem feminista e as questões da política global e das *high-politics*. Entretanto, a relação está justamente na capacidade da teoria feminista de desafiar os preceitos - normalmente, associados à masculinidade - e de divergir das epistemologias das teorias convencionais de RI, tratando dos mesmos assuntos, mas com uma perspectiva diferente. Em outras palavras, por exemplo, ao passo que a disciplina tem tratado temas de segurança com uma visão estrutural e no nível de decisão estatal, a teoria feminista busca centrar-se na maneira como a política global pode contribuir para a segurança dos indivíduos, especialmente aqueles marginalizados na sociedade. “Enquanto teóricos de RI se concentram nas causas e na finalização das guerras, feministas se preocupam com o que ocorre durante os conflitos, bem como com suas causas e términos”² (TICKNER, 2001, p. 4).

À vista disso, este estudo tem o objetivo de entender, conforme explicado por Ann Tickner, o que ocorreu especificamente durante a I Guerra Mundial (IGM), bem como a relação das sufragistas britânicas com a política externa do país naquele momento. Para analisar esta problemática e respondê-la de forma assertiva, o presente trabalho será estruturado em cinco partes. A primeira parte consiste nesta introdução, em que são apresentados o tema e o problema de pesquisa, bem como os objetivos relacionados. Além disso, trata-se da importância e justificativa deste trabalho, na esfera acadêmica e prática de relações internacionais, e da metodologia utilizada.

O segundo capítulo corresponde ao referencial teórico, o qual aborda os principais conceitos e perspectivas utilizadas para a construção deste estudo. No primeiro subcapítulo, é explicado sobre o desenvolvimento e aplicação da teoria feminista de RI, a qual defende a

² No original: “Whereas IR theorists focus on the causes and termination of wars, feminists are as concerned with what happens during wars as well as with their causes and endings”.

inserção das questões de gênero nos debates da disciplina, questiona suas estruturas convencionas e busca a análise da mulher como ator político, econômico e social, pensamento que vai ao encontro da proposta desta pesquisa. No segundo subcapítulo, apresenta-se a perspectiva e conceitos fundamentais acerca da Análise de Política Externa e, especialmente, da política externa de Dois Níveis de Robert Putnam, que propõe a correlação entre o nível doméstico e internacional na formulação da política externa.

No terceiro capítulo, será realizada uma revisão histórica bibliográfica da própria I Guerra Mundial, a fim de contextualizar o espaço e tempo da análise, e do movimento sufragista britânico, abarcando as causas, principais expoentes, conquistas, motivações, fragmentações etc. No quarto capítulo, será apresentado o movimento sufragista sob o olhar dos Dois Níveis de Putnam, ou seja, é abordada analiticamente a relação do sufrágio feminino britânico, sua influência dentro e fora do país, com o contexto dos antecedentes, do período da IGM (1914-1918) e o imediato pós-guerra, buscando conectar tais eventos e o impacto que cada um teve no outro. Na quinta e última parte, as considerações finais, são recordados alguns dos principais pontos tratados ao longo do trabalho, assim como as conclusões sobre o tema, possibilidades de futuras pesquisas e um breve comentário acerca do assunto nos tempos atuais.

Por fim, é fundamental mencionar que, para elaboração deste estudo, levou-se em conta alguns importantes aspectos metodológicos, os quais serão explicados a seguir. Considerando a relevância do questionamento dos eventos internacionais existentes e levando em conta a lógica proposta por Lamont (2015), é possível afirmar que a presente pesquisa se encontra, dentro do *continuum* dos paradigmas das Ciências Sociais, na tradição epistemológica interpretativista - também conhecida como reflexiva ou pós-positivista -, pois nega a utilização dos métodos empiristas das Ciências Naturais, reconhece a intersubjetividade deste campo de produção de conhecimento e busca debater e desconstruir as ideias e normas apresentadas como padrão pelas teorias tradicionais (LAMONT, 2015).

Assim, haja vista a grande pluralidade dentro da área de pesquisa das Relações Internacionais, percebe-se a necessidade de definir, além do paradigma, o tipo de estudo que será utilizado. Dessa forma, é importante notar que, por meio da pesquisa de literatura deste trabalho, ainda existem poucos estudos sobre o evento sob uma visão feminista. Deste modo, esta pesquisa visa compreender de maneira detalhada o fenômeno em questão e, portanto, será elaborada por intermédio de um estudo exploratório de caráter descritivo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Além disso, tendo em conta a historicidade e relevância do fenômeno em questão, será realizado um estudo histórico por meio do método de análise qualitativo, com base na Teoria Feminista de RI. Finalmente, é importante mencionar que, como todos os métodos, a abordagem qualitativa possui limitações, como generalizações e possível viés do pesquisador. Entretanto, também é possível afirmar que, de acordo com o problema de pesquisa proposto, o método qualitativo constitui-se como o mais pertinente para este estudo (ALONSO, 2016).

2 O FEMINISMO EXPRESSO NO JOGO DE DOIS NÍVEIS

No presente capítulo, abordar-se-á o referencial teórico que se constitui como base e fundamento para análise do tema de pesquisa proposto, ou seja, este trata de noções de gênero da Teoria Feminista de Relações Internacionais (RI), com foco na perspectiva adotada por Tickner, e ideias de política externa a partir da abordagem dos Jogos de Dois Níveis de Putnam.

Os estudos feministas da área de Relações Internacionais começaram a ser desenvolvidos como forma de contestação aos tópicos das correntes dominantes, as quais possuíam notadamente caráter masculino, enfatizando a necessidade da discussão e implementação do papel feminino dentro da disciplina. Ainda sobre a questão da participação da mulher em RI, é essencial salientar que este tema ainda não é totalmente abordado e aceito - no âmbito teórico e prático -, havendo restrições de sua participação no campo político e, logo, na política externa. Diante disso, tratar dos conceitos de Putnam de política externa é imprescindível para compreender a ligação entre o nível interno e externo de um país e as possibilidades de atividade que podem ser exercidas por atores não estatais e, até mesmo, por indivíduos.

Isto posto, é necessário se referir, primeiramente, ao movimento feminista de forma geral - e também ao grupo britânico -, mencionando brevemente sua história e principais pontos, a fim de tratar, em seguida, dos assuntos propostos como tema de pesquisa deste trabalho. Assim, tendo em mente melhor assimilação dos conteúdos, o capítulo será dividido, além deste texto inicial, em dois subcapítulos: o primeiro versa sobre a Teoria Feminista de Relações Internacionais, sob visão da autora Tickner; e o segundo, sobre as principais noções da Análise de Política Externa segundo o modelo dos Jogos de Dois Níveis, centrada em Putnam.

Com a finalidade de redigir o presente capítulo, foi feita ampla revisão da literatura relacionada à temática, utilizando-se de livros, artigos e outras fontes acadêmicas. Referente à pesquisa teórica feminista, procurou-se ler e mencionar outras estudiosas da área, como Estelle Freedman. Entretanto, por questões de identificação teórica e ontológica e considerando a importância e renome de Ann Tickner na academia, preferiu-se utilizar a autora como principal base deste trabalho, especialmente seu livro “*Gendering World Politics*”. No que diz respeito à Análise de Política Externa, é inegável que um de seus principais expoentes é Robert Putnam, que abordou o tema, por meio da proposta de Dois Níveis, de maneira inovadora. Este autor constitui-se como fundamento da pesquisa, não

sendo, todavia, a única referência utilizada, uma vez que é importante considerar as análises de Ariane Figueira e Charles Hermann.

A mulher tem papel fundamental na sociedade e na política internacional desde os primórdios das civilizações, tendo impactado e sido impactada por diversos eventos políticos e econômicos. Entretanto, apesar da participação feminina nesses fenômenos, a perspectiva desta como ator - e não somente como objeto - apenas teve início no século XIX, quando surgiu o feminismo. Este movimento de caráter filosófico, político e intelectual foi responsável pela luta e obtenção de diversos direitos e conquistas femininas ao redor do mundo, tendo como base a busca pela igualdade e libertação das mulheres frente à opressão praticada pelas estruturas de gênero da época. No livro de Ann Tickner, “*Gendering World Politics*”, a autora cita Susan Okin, que conceitua feministas como:

Aqueles que acreditam que as mulheres não devem ter desvantagens pelo seu gênero; mulheres devem ser reconhecidas como possuidoras de igual dignidade humana à dos homens e devem ter a oportunidade de escolher livremente como viver suas vidas³ (OKIN *apud* TICKNER, 2001, p. 11).

Assim, entende-se que o feminismo levanta uma importante e complexa discussão sobre o papel da mulher na sociedade, bem como seus direitos: políticos e econômicos, como de contrato, de propriedade e ao voto; autonomia e integridade do corpo, como direito ao aborto e reprodutivo, proteção de mulheres contra a violência doméstica, contra o assédio sexual e contra o estupro; e direitos trabalhistas. Contudo, o movimento não é homogêneo, havendo diferentes experiências, debates e demandas dentro dele (FREEDMAN, 2002).

Dentro da diversidade do feminismo, é importante considerar a atuação deste no Reino Unido, haja vista que o movimento britânico é considerado um dos principais expoentes do debate. O movimento de libertação feminina britânico, da mesma forma, não é uniforme, possuindo diferentes objetivos de acordo com a experiência e necessidade vivida por cada grupo social de mulheres, isto é, os desafios, o raciocínio e o propósito da mulher branca aristocrata britânica diferenciam-se daqueles da mulher operária e ambos divergem dos da mulher negra das colônias do Império Britânico, por exemplo. O início da campanha do movimento feminista do Reino Unido pode ser considerado quando da publicação da obra “*A Vindication of the Rights of Women*”, de Mary Wollstonecraft, em 1792. Nesta, a autora

³ No original: “*Those who believe that women should not be disadvantaged by their sex; women should be recognized as having human dignity equal with men and the opportunity to live as freely chosen lives as men*” (OKIN *apud* TICKNER, 2001, p. 11).

defende que as mulheres são dignas, assim como os homens, de possuir direitos naturais, tal qual a educação (RILEY, 2018).

A partir do século XIX, a luta pela obtenção dos direitos femininos se intensificou, especialmente considerando o contexto de injustiça social, política e econômica em relação à mulher existente na época, além da questão racial e de classe. Assim, as campanhas feministas centralizavam-se justamente no combate a estas desigualdades. Nesse sentido, é possível citar o *Custody of Infants Act* de 1839, que facilitou a petição de acesso das mulheres aos seus filhos e o *Married Women's Property Act* de 1882, o qual reafirmou a independência jurídica da mulher casada, bem como permitiu que esta mantivesse propriedade após o casamento (RILEY, 2018).

Por outro lado, as mulheres somente tiveram permissão de divorciar-se em caso de adultério em 1937, direito do qual os homens já se beneficiavam há 80 anos. Além disso, é importante ter em conta que os direitos femininos mencionados anteriormente, em geral, eram exercidos essencialmente pelas mulheres de maior classe social, pois estas tinham acesso à consultoria legal (RILEY, 2018). As demais realizações do movimento feminista britânico serão abordadas posteriormente, mas cabe mencionar que ainda há, no momento atual, diversas lutas referentes à questão de gênero sendo travadas, seja no Reino Unido, seja em outros países.

2.1 TEORIA FEMINISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Apesar da longa trajetória do movimento feminista, o questionamento e o combate referentes às estruturas de gênero da sociedade mundial, na área de Relações Internacionais, apenas iniciaram na década de 1980. Com o fim da Guerra Fria e o conseqüente declínio da predominância dos assuntos securitários e militares, uma nova gama de questões começou a ter espaço no debate e na agenda internacional de segurança, bem como na academia de forma geral. Assim, apesar de constituírem-se como problemáticas antigas, as Relações Internacionais têm prestado cada vez mais atenção nelas, buscando compreendê-las e descrevê-las (TICKNER, 2001).

Dentro desse contexto, em uma disciplina que historicamente considerou o Estado como principal agente do Sistema Internacional (SI), cresce a importância de atores não estatais, sejam eles grupos sociais, movimentos civis e, até mesmo, indivíduos. Como bem menciona Ann Tickner (2001, p. 2):

Apesar das relações internacionais nunca terem sido apenas sobre as relações entre os Estados, o foco do estadista de RI parece ainda menos justificado hoje do que no passado. As relações internacionais não podem ser restritas às políticas entre Estados; a política está envolvida nas relações entre organizações internacionais, movimentos sociais e outros atores não estatais, corporações transnacionais e finanças internacionais, e organizações de direitos humanos, para citar algumas⁴.

À vista disso, considerando as diferentes agendas de discussão e realidades experimentadas, é possível compreender as divergências ontológicas, epistemológicas e metodológicas entre as teorias convencionais e a teoria feminista de Relações Internacionais. Dessa forma, ainda que não exista uma relação direta ou formal entre feministas e pós-positivas, muitas daquelas se identificam com estes. Nesse sentido, as teóricas feministas têm procurado entender o papel da globalização econômica e social na manutenção das estruturas de gênero na sociedade, ou seja, elas questionam a expansão das definições de direitos humanos e democracia centradas no Ocidente e nos homens. Além disso, também abordam a importância de trabalhar com a interseccionalidade dentro do feminismo, haja vista que a posição da mulher varia de acordo com sua raça, classe e localidade, sem deixar de reconhecer, no entanto, o posicionamento inferior em que é posta na coletividade, sendo desvalorizada pessoal e profissionalmente na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) (TICKNER, 2001).

A última década foi, assim, representada por diversos eventos fundamentais no processo histórico do Ocidente, como modernização, industrialização, nacionalismo e globalização. Contudo, muitos destes acabam sendo excluídos da construção teórica convencional de Relações Internacionais. Dessa maneira, conforme citado por Tickner (2001), Justin Rosenberg argumenta que a análise metodológica das teorias pós-positivistas, baseadas na revisão histórica e social, são diferentes do método positivista de análise empírica e sócio-científica, justamente porque levam em conta os eventos históricos de forma concreta, e não abstrata.

Nesse sentido, a década de 1980 é marcada pelo surgimento e pela consolidação do chamado Terceiro Debate de Relações Internacionais, o qual definiu uma divisão não apenas metodológica na academia, mas também epistemológica e ontológica, haja vista que a discussão levava em conta como estudar o fenômeno e, especialmente, o que estudar (TICKNER, 2001), isto é, procura-se realizar pesquisas históricas, sociais e filosóficas,

⁴ No original: “While international relations has never been just about relations between states, an IR statist focus seems even less justified today than in the past. International politics cannot be restricted to politics between states; politics is involved in relationships between international organizations, social movements and other nonstate actors, transnational corporations and international finance, and human-rights organizations, to name a few” (TICKNER, 2001, p. 2).

diferentemente das clássicas anteriores de teor empirista e baseadas em conceitos das Ciências Naturais. Assim, no contexto de questionamento das bases da disciplina, emerge a teoria feminista, juntamente de outras teorias consideradas pós-positivistas. Tais correntes teóricas são consequência, portanto, das discussões produzidas durante o Terceiro Debate⁵, entre positivistas e pós-positivistas, indicando a divisão e as diferenças entre a primeira abordagem - conhecida pelo conceito de *mainstream* de RI, como realismo, liberalismo e marxismo - e a segunda, considerada como não convencional, tal qual a teoria crítica, o pós-colonialismo, o construtivismo e a própria teoria feminista (LAPID, 1989).

Deste modo, o pensamento crítico feminista identificou-se com a quebra de paradigma proposta pelo Terceiro de Debate de RI, porém, ao passo que cresceu como corrente filosófica e política, ampliou também a diversidade de temas e problemáticas existentes dentro do movimento, concretizando a ebulição de diferentes vertentes dentro deste, como liberal, radical e interseccional, entre outras. Com isso, percebeu-se a importância de se considerar as diferenças entre as mulheres, mas também a necessidade de focar nas questões comuns a todas (TICKNER, 2001), a fim de fortalecer o movimento e, por conseguinte, não possibilitar seu enfraquecimento por forças externas, haja vista que este e o problema que aborda - assim como as pessoas que representa - ainda são constantemente ignorados pelas abordagens positivistas e, até mesmo, pós-positivistas dentro da disciplina e na política internacional.

A falta de presença feminina no campo de RI não tem como única causa as barreiras legais defendidas pela visão feminista liberal. De acordo com Tickner (2001, p. 21):

Acadêmicas feministas de RI geralmente concordam com as reivindicações pós-liberais sobre as estruturas de gênero serem socialmente construídas e mantidas por meio das estruturas de poder que trabalham contra a participação das mulheres na elaboração de políticas externas e nacionais sobre segurança⁶.

A partir dessa perspectiva, é possível conceber o Estado não com natureza neutra, mas sim como um *gendered state*, ou seja, um ator com viés específico de gênero, que promove e

⁵ Em Lapid (1989), é possível destacar três grandes debates teóricos em Relações Internacionais. O Primeiro Debate, entre idealistas e realistas, tem caráter ontológico e tem como principais autores Friedrich Engels, Edward Carr e Hans Morgenthau. O realismo é baseado no pensamento hobbesiano, em que a guerra faz parte do cenário anárquico do Sistema Internacional (SI), sendo de grande relevância assuntos sobre segurança, conflitos e sobrevivência do Estado. Já o liberalismo fundamenta-se na importância do indivíduo e na possibilidade de cooperação e paz mundial no SI. O Segundo Debate, por outro lado, é caracterizado por discussões metodológicas e pela oposição entre neorealistas e neoliberais, com nomes como Kenneth Waltz, Robert Keohane e Joseph Nye Junior. Por fim, o Terceiro Debate, já mencionado, é explicado durante o presente capítulo.

⁶ No original: “*Feminist IR theorists generally agree with post-liberal claims that gender hierarchies are socially constructed and maintained through power structures that work against women’s participation in foreign and national security policymaking*” (TICKNER, 2001, p. 21).

apoia práticas políticas voltadas, primordialmente, aos interesses dos homens (TICKNER, 2001). Nesse sentido, é extremamente importante compreender o gênero como uma construção social formulada pelo grupo social hegemônico no mundo ocidental: os homens. A partir dessa construção, advêm consequências reais e muito problemáticas, tais quais o machismo e o patriarcado, ou seja, as definições do que seria caracterizado como “feminino” ou “masculino” e seus supostos papéis na sociedade foram pensados de forma a manter o *status quo* e o poder dos homens e impostos de maneira hierárquica e unilateral, afastando, por muitos anos, a possibilidade de contestação do sistema patriarcal existente.

Em outras palavras, conceitos como soberania, segurança, ordem, interno e externo estão intrínsecos e privilegiam a construção hegemônica masculina, buscando manter os padrões do campo da política e das relações internacionais sob o domínio dos homens. Dessa forma, é essencial atentar às construções e reproduções das identidades masculinas e seu efeito sobre o âmbito teórico e prático da disciplina. Para fins de compreensão sobre a dualidade feminino/masculino, pode-se citar a perspectiva comum e genérica de mulheres boas e puras em oposição a homens maus e, além disso, a associação existente das mulheres com qualidades maternas e pacíficas, fato que deslegitima a voz feminina e enfraquece a força e o poder das mulheres na arena política (TICKNER, 2001) - e pessoal, profissional, econômica, social etc. -, as quais acabam sendo definidas como “o lado mais fraco” dessa relação dicotômica. Com isso, tendo em conta a visão de senso comum acerca da necessidade de representantes políticos fortes e agressivos, a fim de defender os interesses do Estado no cenário da política nacional e internacional, é preferido o homem à mulher, cuja força é constantemente subjugada.

A subordinação feminina também é de grande importância para a compreensão da feminização da pobreza, uma tendência que parece acompanhar o processo de globalização mundial. Na busca da inclusão e entendimento sobre a variedade de subordinações enfrentadas pela mulher ao redor do mundo, as feministas de RI, visando abordar problemas culturais e de identidade, têm introduzido questões de raça e de classe, tal como abordagens pós-coloniais. Com isso, por meio da percepção e respeito em relação à voz feminina, a corrente de pensamento clássica de Relações Internacionais é confrontada, bem como sua orientação caracterizada como ocidental, masculina e centrada nas grandes potências (TICKNER, 2001).

A abordagem feminista tem buscado conhecer e identificar-se com as agendas já existentes de diversas teorias de Relações Internacionais. Com vistas à incorporação da perspectiva de gênero às teorias liberais e realistas do debate interparadigmático (Segundo

Debate) de RI, Tickner menciona Sandra Whitworth, a qual sugere três critérios para tal ação: primeiramente, deve-se abrir espaço para a possibilidade de discussão sobre a construção social do significado de gênero; depois, é necessário que haja o debate acerca das variáveis históricas na formulação das teorias; e, por fim, é preciso abordar teoricamente o conceito de poder com o intuito de trazer à luz as relações de poder ocultas. Diante disso, é nítida a maior proximidade do feminismo à teoria liberal em detrimento da realista, haja vista que a primeira considera questões para além do foco Estadocêntrico e de segurança nacional da segunda. Entretanto, o liberalismo não observa as bases materialistas do conflito, do poder e das desigualdades, constituindo-se como a-histórico e, portanto, distanciando-se da perspectiva feminista (TICKNER, 2001).

Assim, é possível considerar a abordagem crítica como a mais próxima e promissora para tratar da corrente feminista (TICKNER, 2001), pois com base no trabalho de Robert Cox, aquela denuncia o caráter normativo e valorativo das teorias positivistas e defende a necessidade de uma nova abordagem com potencial de mudança no campo das RI (MOEHLECKE, 2014). Porém, de acordo com Tickner, Whitworth traz o argumento que tal junção não seria muito proveitosa porque ambas correntes de pensamento estão na periferia das discussões da área de Relações Internacionais, impossibilitando que a análise de gênero seja levada ao *mainstream* da disciplina (TICKNER, 2001).

Assim, é possível dizer que nem todas acadêmicas feministas consideram-se como parte da teoria crítica, porém a maioria atua como pós-positivista, tendo em vista os conceitos de positivismo e de Terceiro Debate mencionados anteriormente.

Com preferência à acumulação de conhecimento hermenêutica, historicamente baseada, humanística e de tradição filosófica, em detrimento daquela baseada nas Ciências Naturais, as feministas de RI são frequentemente céticas em relação às metodologias empíricas [...]. Elas são desconfiadas do conhecimento Iluminista, o qual elas afirmam ser baseado em conhecimento sobre e produzido por homens - algo que parece particularmente verdadeiro na disciplina de Relações Internacionais⁷ (TICKNER, 2001, p. 28).

Além da teoria crítica, há outras correntes de pensamento pós-positivistas - ou também conhecidas como reflexivistas - em que o feminismo se enquadra e encontra espaço para discussão. Dessa forma, a teoria normativa, a teoria feminista, a sociologia histórica, a teoria

⁷ No original: “*With a preference for hermeneutic, historically based, humanistic, and philosophical traditions of knowledge cumulation, rather than those based on the natural sciences, IR feminists are often skeptical of empiricist methodologies [...]. They are suspicious of Enlightenment knowledge, which they claim has been based on knowledge about, and produced by, men—a claim that seems particularly true of the discipline of international relations*” (TICKNER, 2001, p. 28).

crítica e o pós-modernismo diferenciam-se em diversos pontos, no entanto fazem parte do mesmo grande guarda-chuva epistemológico, que percebe as Relações Internacionais dentro de um contexto interdisciplinar muito mais amplo, diferentemente das demais teorias convencionais (TICKNER, 2001).

Para fins de completo entendimento, será feito, a seguir, um breve resumo das afinidades do feminismo com estas outras quatro teorias. Na teoria normativa, é possível identificar o compartilhamento de valores tal qual a justiça com o feminismo, sendo que este leva em consideração a exclusão da mulher na articulação dos direitos humanos e, também, questiona os conceitos de universalismo e de relativismo cultural. No tocante à sociologia histórica, as feministas concordam com a ideia da construção e do desenvolvimento do Estado ser entendida a partir de estruturas patriarcais, bem como seus impactos nos comportamentos referentes à formulação política e à busca por segurança. Portanto, sociólogos históricos e feministas convergem seus posicionamentos quando rejeitam a noção liberal de que o Estado seria um ator neutro na política internacional (TICKNER, 2001).

A teoria crítica, assim como a sociologia histórica, analisa o desenvolvimento histórico da sociedade a fim de entender suas formas de dominação e, logo, como superá-las, ou seja, a ordem vigente das relações sociais e políticas devem ser explicadas e questionadas. De modo similar, as feministas estudam as estruturas de gênero como socialmente construídas, historicamente variáveis e mantidas por meio das relações de dominação legitimadoras. Com isso, o feminismo - conforme a teoria crítica - busca emancipar-se destas estruturas, abordando o conhecimento como reflexo dos interesses da sociedade que o produziu (TICKNER, 2001).

Concordando com a afirmação de Cox de que a teoria é sempre para alguém e para algum propósito, o objetivo da abordagem feminista é similar ao da teoria crítica como definido por Cox. Como os teóricos críticos, as feministas se preocupam com o contexto e processo histórico e com 'como nós construímos, ao oposto de 'descobrir', nosso mundo'⁸ (TICKNER, 2001, p. 32).

Por fim, apesar de algumas divergências, os pós-modernistas e as feministas compartilham diversas premissas. Inclusive, é possível verificar o feminismo como uma intersecção entre pós-modernismo e teoria crítica, haja vista que estas duas teorias convergem em variados pontos de discussão, tais como o questionamento da ordem existente, a

⁸ No original: "Agreeing with Cox's assertion that theory is always for someone and for some purpose, the goal of feminist approaches is similar to that of critical theory as defined by Cox. Like critical theorists, feminists are concerned with context and historical process and with "how we construct, rather than dis-cover, our world(s)" (TICKNER, 2001, p. 32).

desconfiança do pensamento ocidental - especialmente conceitos como racionalidade e ciência - e a constatação de que a produção do conhecimento é feita a partir do interesse de certos indivíduos. É importante mencionar, porém, que os pós-modernistas estão mais dispostos a abandonar a lógica do Iluminismo, discordando, por isso, das bases da teoria crítica. Em suma, feministas, teóricos críticos e pós-modernistas afirmam que o conhecimento é moldado e construído de acordo com as relações de poder vigentes (TICKNER, 2001).

É possível compreender, dessa forma, a atuação disruptiva e questionadora do feminismo em relação às teorias convencionais de RI e, também, suas afinidades com aquelas não convencionais, reconhecidas como pós-positivistas. Isto posto, entende-se que a tarefa chave da análise feminista é estender o escopo de sua agenda, não apenas responder as questões nela já existentes. Portanto, compreende-se que as teóricas feministas de RI têm procurado desenvolver sua própria agenda de estudos e formular seus próprios programas de pesquisa a fim de ampliar os limites do conhecimento da disciplina e, deste modo, fazer novos questionamentos de diferentes formas (TICKNER, 2001). Assim, ouvindo vozes não convencionais de grupos marginalizados, elas têm possibilitado novos entendimentos de RI e da política mundial.

Além disso, ao invés de introduzir o gênero nas Relações Internacionais, o feminismo busca revelar o papel deste que já está presente na teoria e prática da área. Em outras palavras, como afirma Ann Tickner (2001, p. 28):

Tentativas de ‘trazer as mulheres para RI’ alimentam a errônea suposição de que elas já não estariam lá inicialmente. Como Cynthia Enloe nos diz, mulheres (bem como pessoas marginalizadas em geral) estão altamente envolvidas na política mundial, mas estruturas de poder existentes, institucionalizadas na divisão entre as esferas pública e privada e o que conta como ‘importante’, impedem que elas sejam ouvidas⁹.

Em outras palavras, é imprescindível ter em mente que a participação feminina no campo político - e público de forma mais ampla - sempre foi realidade, as mulheres apenas não eram vistas ou ouvidas. O feminismo busca justamente quebrar esse padrão e levar ao centro das discussões e da tomada de decisões os atores marginalizados que, até então, eram excluídos destes espaços.

⁹ No original: “Attempts to ‘bring women into IR’ feed into the mistaken assumption that they are not there in the first place. As Cynthia Enloe tells us, women (as well as marginalized people more generally) are highly involved in world politics, but existing power structures, institutionalized in the split between the public and private spheres and what counts as ‘important’, keep them from being heard” (TICKNER, 2001, p. 28).

À vista disso, torna-se essencial a execução do presente trabalho, o qual tem por objetivo a análise histórica de um período de grande importância para a sociedade mundial, no qual o estudo da atuação feminina não é identificado com a devida relevância. Visando trazer à luz este tema e a partir da premissa da importância do papel das mulheres na elaboração da política externa do Reino Unido durante a I Guerra Mundial, é necessário trabalhar a problemática de maneira aprofundada e isso se dará através da Análise de Política Externa dos Jogos de Dois Níveis, a qual será abordada a seguir.

2.2 POLÍTICA EXTERNA DE DOIS NÍVEIS

No livro intitulado “Introdução à Análise de Política Externa”, Ariane Figueira (2011) versa sobre a temática de mesmo nome, abordando a construção teórica, os principais agentes e os conceitos fundamentais dessa subárea de Relações Internacionais. De acordo com a autora, o estudo da Análise de Política Externa (APE) consiste em uma nova forma de abordar as questões de caráter internacional. Isto é, partindo do entendimento de que todo ato internacional é antecedido por um processo decisório, que envolve instituições, normas e diferentes atores, esta nova abordagem de pesquisa considera uma variedade de fatores que interferem na constituição da agenda de discussão, na tomada de decisão entre as possíveis alternativas e no próprio processo de implementação das políticas (FIGUEIRA, 2011).

Assim, este campo de conhecimento afasta-se da percepção do Estado como um “ator monolítico”, que tem seus interesses mesclados com os nacionais. Em outras palavras, é possível afirmar que a Análise de Política Externa distancia-se das abordagens convencionais prevalentes até o final da Guerra Fria, ampliando e aprofundando os limites do conhecimento, de forma a considerar tópicos e atores que antes eram excluídos do processo. Com isso, o interesse nacional é tido como algo variável, flexível e segmentado (FIGUEIRA, 2011).

Isto posto, entende-se o papel questionador da APE na área de estudos da política externa de forma geral, haja vista que pondera sobre os seguintes temas: como é realizada a política externa; como as decisões são atingidas no âmbito interno; quais são os atores envolvidos; como ocorre a interação entre os poderes Legislativo e Executivo internacionalmente; e, por fim, em que consiste o papel das instituições e das burocracias especializadas no contexto externo. A partir dessas indagações, leva-se em conta os aspectos subjetivos e cognitivos dos tomadores de decisão e das próprias decisões, que devem ser vistos como relevantes nas relações internacionais (FIGUEIRA, 2011).

Figueira (2011) menciona a abordagem de Christopher Hill em relação ao assunto, o qual considera de grande importância, na área acadêmica, a integração entre os meios doméstico e externo, levando em consideração as condições multidisciplinares e multifatoriais da relação entre agentes e estrutura no processo político. Ou seja, ainda seguindo a lógica proposta por Hill, Figueira (2011, p. 20) afirma: “O processo decisório de política externa é um complexo jogo de interação entre diferentes atores permeados por uma imensa gama de estruturas, seja do sistema internacional, seja do doméstico, envolvidos em um processo dinâmico de interação”.

Dessa forma, visando compreender e discorrer sobre a complexidade e interatividade apresentadas neste campo de pesquisa, distintos estudos com diferentes focos de análise constituíram-se como essenciais para a fundação e desenvolvimento das variáveis presentes na conduta do Estado no cenário internacional. Ao longo da década de 1960, as primeiras perspectivas sobre a temática começaram a surgir, buscando desconstruir as tradições vigentes de política externa e concretizar as novas ideias de modo mais claro. Com isso, diferentes abordagens e gerações de estudos foram se fundamentando, sendo caracterizadas por manter alguns elementos de pesquisas anteriores e por ser de uso daquelas subsequentes (FIGUEIRA, 2011).

As primeiras iniciativas de sistematização dos conhecimentos da área desenvolveram as bases conceituais e metodológicas para as seguintes pesquisas. A primeira geração de estudos tem como principal autor James Rosenau, com sua obra “*Pre-theories and theories of foreign policy*”, de 1966, o qual levou à construção da tradição teórica de política externa comparada. Esta abordagem, baseada no método de análise behaviorista e influenciada pelo positivismo, busca estudar os eventos internacionais e verificar padrões de comportamento nas atitudes e escolhas do Estado, a fim de estabelecer relações generalizadas e de causalidade entre esses fatores. Contudo, a política externa comparada é criticada pela “excessiva quantificação de uma realidade complexa que envolve dinâmicas que não podem ser aferidas pela matemática e pela estatística” (FIGUEIRA, 2011, p. 21), tais quais o discernimento dos atores e suas emoções, a cultura, a maior atuação de *players* não estatais, entre outros (FIGUEIRA, 2011).

Por outro lado, a segunda geração, influenciada pelas teorias pós-positivistas - que levam em consideração o aspecto sociológico do ser humano e não somente o econômico -, foi marcada pela obra “*Decision making as an approach to the study of international politics*” (1963), de R. Snyder, W. Bruch e B. Sapen, bem como pelas literaturas de Harold e Margaret Sprout, intituladas “*Man-Milieu relationship hypotheses in the context of international*

politics” (1956) e “*The ecological perspective on human affairs with special reference to international politics*” (1965). Essa tradição analítica, também reconhecida como *foreign policy context* - contexto de política externa -, é caracterizada por uma visão mais pluralista e por uma maior diversidade metodológica, utilizando análises quantitativas e qualitativas, em que se estuda as complexas relações entre os atores envolvidos sem estabelecer interações de causalidade simplistas e considerando a possibilidade de mudança da política externa pelos mesmos (FIGUEIRA, 2011).

Deste modo, essa abordagem reconhece a importância de analisar a dinâmica entre os diversos atores e níveis de discussão, bem como as especificidades dos indivíduos participantes na formulação da política externa, para possibilitar a compreensão acerca das práticas internacionais exercidas pelos Estados, conhecidas como *outputs*. Especificamente no pensamento de Harold e Margaret Sprout, encontram-se estudos sobre os elementos característicos dos governantes e dos contextos em que estão inseridos, ou seja, eles identificam a política externa como uma realidade subjetiva, impactada pelas dimensões cognitivas dos atores. Assim, o agente formulador e tomador de decisão carrega, em seu pensamento, convicções, sentimentos, vivências, cultura e outros termos cognitivos e sociais que acabam influenciando suas ações e deliberações (FIGUEIRA, 2011). Entretanto, é importante indicar que esse pensamento é limitado, dado que a política externa deve ser regida por instituições e leis internas, por uma política do Estado.

Em suma, Figueira (2011) apresenta os principais pontos abordados nas duas correntes de pensamento da Análise de Política Externa, enfatizando o caráter diversificado e complexo dos conceitos e dinâmicas presentes nesta subárea de estudos, na qual se analisa o cenário internacional de maneira descentralizada e multicêntrica, considerando a relevância dos cálculos decisórios, das unidades de análise e suas correlações. Dito isso, é essencial discorrer sobre o trabalho de Robert Putnam, figura pioneira de grande importância dentro do estabelecimento da segunda geração de APE (FIGUEIRA, 2011) e, especialmente, para construção deste tema de pesquisa.

Em seu trabalho, Putnam defende a forte relação, nas negociações internacionais, entre o campo doméstico, com jogadores, coalizões internas e instituições, e o campo externo, por meio da estratégia e do poder de barganha do negociador. No modelo dos Jogos de Dois Níveis, é introduzido o estudo não apenas de novos conceitos, mas também de novos atores, antes ignorados na área de formulação da política externa, entre eles, pode-se citar: agentes estatais, como o Poder Legislativo e as burocracias, e não estatais, como Organizações Não

Governamentais (ONGs), opinião popular e grupos de interesse (PUTNAM, 2010) - tal qual o movimento feminista e, especificamente nesse trabalho, o sufragista.

A participação do Poder Legislativo é de singular relevância para a produção e posterior compreensão deste trabalho, sendo necessário, assim, mencionar brevemente a análise de Lisa Martin (2000), em “*Democratic commitments: Legislatures and international cooperation*”, a qual trata da assertiva atuação dos legisladores nos temas internacionais. De acordo com Figueira (2011), Martin estuda diferentes modelos políticos - presidencialismo e parlamentarismo - e afirma que a interdependência dos Estados e sua credibilidade e institucionalização estão estritamente interligados à participação do Legislativo em questões de cooperação internacional. Isto é:

Quanto maior a participação do Parlamento no processo decisório, maior a confiança que os outros Estados depositam no país para o estabelecimento de acordos, já que decisões tomadas pelo governo, com aprovação do Legislativo, demonstram ter sido fruto de debate doméstico nas devidas instâncias democráticas. Além disso, seriam essas decisões também mais estáveis, visto que não podem ser anuladas discricionariamente pelo Executivo [...] (FIGUEIRA, 2011, p. 25).

Com vistas ao pleno entendimento sobre o funcionamento e ligação entre a esfera interna e externa, cabe destacar o aspecto de influência mútua entre ambos os espaços, de forma que um não determina o outro, mas se entrelaçam no processo decisório político. As questões que devem ser perguntadas não correspondem a quem influencia quem e, sim, como e quando influenciam. Em outros termos, o foco não é saber como o acordo foi construído, mas sim, “como ele tornou-se politicamente viável” (PUTNAM, 2010, p. 148).

Nesse sentido, seguindo a lógica proposta por Putnam, considerar apenas a relação das causas domésticas e seus efeitos internacionais e vice-versa constituiriam análises de “equilíbrios parciais”, silenciando importante parte da dinâmica. Assim, deve-se atentar às teorias de “equilíbrio geral” que compreendam a interatividade interna e externa, a fim de produzir amplo e, ainda assim, profundo conhecimento do tema. Com base nessa ideia, também é essencial levar em conta a luta política na conceituação dos fatores domésticos das relações internacionais e não unicamente atores como o Executivo e as instituições, haja vista que grupos de interesse, partidos políticos, classes sociais, Legislativo e processo de eleições também impactam a expressão da política externa (PUTNAM, 2010).

Considerando a variedade de atores participantes no desenvolvimento das decisões e, por conseguinte, das políticas domésticas e internacionais formuladas, Putnam (2010, p. 151) estabelece muito bem que:

Se o termo ‘Estado’ é para ser usado como ‘tomadores centrais de decisões’, deveríamos tratá-lo como substantivo plural: não ‘o Estado, ele’, mas sim ‘o Estado, eles’. Os poderes executivos centrais têm um papel especial na mediação das pressões domésticas e internacionais exatamente porque estão diretamente expostos a ambas as esferas e não porque sejam unificados em todas questões ou porque estejam insulados em relação à política doméstica.

Assim, fica claro a visão disruptiva não Estadocêntrica de Putnam em oposição às teorias clássicas Estadocêntricas anteriores, que são criticadas pela falta de fundamentos sobre a interação das políticas interna e externa.

Com isso, entende-se que a luta política, nas negociações internacionais, pode ser vista como um jogo de dois níveis. No nível doméstico, os grupos internos exercem pressão sobre o governo como forma de alcançar seus objetivos estratégicos, levando ao compromisso deste com políticas públicas positivas para aqueles. Já no nível internacional, pode-se dizer que os governos das Nações procuram atender as demandas internas potencializando suas próprias capacidades, tendo em mente também os possíveis efeitos negativos dos movimentos no contexto externo. Ambos os níveis impactam o processo de tomada de decisão dos países envolvidos (PUTNAM, 2010).

A dinâmica dos dois níveis pode ser exemplificada por meio da metáfora do tabuleiro de Putnam e, nesse sentido, os líderes nacionais estão presentes nos dois tabuleiros. Na parte oposta do tabuleiro internacional, está a outra parte - o estrangeiro -, com quem sentam seus assessores e demais colaboradores políticos; no tabuleiro doméstico, o líder nacional é acompanhado, além de seus próprios assessores, por legisladores e por representantes dos grupos de interesse, dos partidos políticos e das instituições internas. Tendo em vista a alta complexidade do jogo, cabe esclarecer que uma ação de um jogador pode ser racional em um tabuleiro e imprudente, para ele mesmo, em outro. Ademais, no momento em que um relevante jogador estiver insatisfeito com o jogo ou quando este reconhecer algum movimento em um tabuleiro com possibilidade de mudança em outro, existe a chance de que ele desorganize o jogo ou que aproveite a oportunidade para alcançar seus objetivos. O negociador também corre o risco de ser retirado do jogo, quando não for capaz de entregar as demandas no tabuleiro doméstico (PUTNAM, 2010).

Partindo da premissa de haver, na negociação internacional, um “negociador-chefe” ou um único dirigente que busca apenas um acordo favorável para seus apoiadores internos, sem predileções próprias, é imprescindível considerar que tal entendimento provisório é limitado à ratificação pelas respectivas bases das partes. Dessa forma, convém abordar a divisão e

conceituação de Putnam sobre o processo decisório político, a qual será utilizada ao longo da redação desta pesquisa:

- I. o nível I (internacional) consiste na “barganha entre os negociadores que leva a um acordo provisório” (PUTNAM, 2010, p. 153); e
- II. o nível II (doméstico), por outro lado, é o processo decisório interno sobre o assunto, ou seja, corresponde às “discussões em separado entre os grupos domésticos de apoio sobre ratificar ou não o acordo” (PUTNAM, 2010, p. 153).

Com base nessa classificação, é perceptível que há a possibilidade de haver debates e consultas no nível II a fim de estabelecer um posicionamento preliminar para as negociações do nível I. Do mesmo modo, a necessidade de ratificação e a possibilidade de rejeição do acordo no nível II, mesmo que sem processo formal de votação para tal, afetam consideravelmente o poder de barganha do negociador no nível I. Assim, fica nítida a importante ligação teórica entre os dois níveis, haja vista a indispensabilidade da ratificação interna, ainda que haja mudanças no pensamento da base doméstica (PUTNAM, 2010). No entanto, é relevante mencionar que existem certas limitações no tocante a essa questão, como bem explica Putnam (2010, p. 153-154 e 157):

A única restrição formal no processo de ratificação é que, já que acordos idênticos precisam ser ratificados por ambos os lados, um acordo preliminar do nível I não pode ser emendado no nível II sem reabrir as negociações do nível I. Em outras palavras, a ratificação final só pode ser ‘votada’ a favor ou contra; qualquer modificação no nível I conta como rejeição, a menos que essa modificação seja aprovada por todas as outras partes do acordo. [...] É bom lembrar que o processo de ratificação põe-se, em relação ao acordo proposto, não contra uma variedade de alternativas (possivelmente atraentes), mas apenas contra o ‘não acordo’. O ‘não acordo’ geralmente representa o *status quo*, embora em alguns casos o não acordo possa piorar a situação.

Compreendendo os conceitos abordados anteriormente sobre os dois níveis e sobre o tema da ratificação, também é preciso tratar do tópico do *win-set*, “conjunto de vitórias”, que seria o conjunto dos acordos do nível I vitoriosos, isto é, ratificados, quando votados no processo decisório. Em outros termos, consiste na margem que o negociador do nível II possui para barganhar no nível I. Dessa maneira, quanto maior o *win-set*, mais provável é o êxito do acordo no nível I e a sobreposição dos conjuntos de vitórias, pois o acordo somente é possível quando há sobreposição de conjunto de vitórias, uma vez que isso corresponde à satisfação no nível I e II. Em sua obra, Putnam (2010) caracteriza essa sobreposição de *win-*

sets como um jogo de soma zero simples. Assim também, o número de vitórias, acordos e/ou leis que passam na pauta doméstica do governante levam à maior credibilidade interna deste para aprovar os acordos firmados externamente.

Dentro da estrutura dos *win-sets*, Putnam (2010) discorre acerca do termo “defecção”, que constitui-se como os riscos para a ratificação do acordo. Nessa lógica, a defecção voluntária é o declínio do “ator egoísta racional”, em relação ao acordo, quando da falta de compromisso obrigatório, ou seja, o negociador entende que o acordo não é vantajoso e não o direciona ao Legislativo. Já a defecção involuntária consiste na rejeição da ratificação pela base doméstica, fato que demonstra a falta de credibilidade interna do governante e sua incapacidade de cumprir seu pacto. O risco de ocorrência da defecção involuntária aumenta conforme a diminuição do conjunto de vitórias. Contudo, se o *win-set* interno é muito alto, o negociador perde espaço de argumentação, pois a outra parte compreende a capacidade de barganha interna que o negociador possui e, logo, pressiona-o ainda mais. Conforme é dito por Putnam (2010, p. 156), “um pequeno conjunto de vitórias doméstico pode ser uma vantagem na negociação: ‘Eu gostaria de aceitar a sua proposta, mas eu jamais conseguiria que ela fosse aceita em casa’”.

Isto posto, é relevante mencionar as principais condições que impactam no tamanho do conjunto de vitórias. Primeiramente, deve-se citar as preferências e coalizões existentes domesticamente, no nível II, isto é, a distribuição interna de poder. Nesse ponto, o tamanho do conjunto de vitórias - e, por conseguinte, o poder de barganha do negociador no nível I - varia de acordo com o nível de politização da questão sendo tratada e com as características internas dos grupos de interesse: mais “isolacionistas” ou mais “internacionalistas” acerca da cooperação internacional. Tendo isso em mente, destaca-se que um governo internamente fragmentado tem maiores chances de alcançar um acordo internacional do que um governo totalmente unido em uma só política, uma vez que essa divisão influencia nas capacidades de negociação do nível I (PUTNAM, 2010).

Porém, também é importante abordar que “se cada grupo consegue imprimir sua visão e interesse no acordo do nível I, o pacote resultante muito provavelmente seria inegociável, ou seja, não ratificável pelos países oponentes” (PUTNAM, 2010, p. 160). Além disso, os grupos domésticos de um país podem tornar-se aliados do negociador do país oponente, no nível I. Com o desenvolvimento desse entrelaçamento político transnacional, viabilizado pela interdependência econômica mundial, as possibilidades de alteração das coalizões internas aumentam; desse modo, a conexão sinérgica é mais recorrente na medida em que também o é a interdependência (PUTNAM, 2010).

Outro fator que influencia o tamanho do conjunto de vitórias são as instituições políticas domésticas, as quais estão altamente relacionadas à autonomia do Estado. Isto é, quanto maior for a força deste - e, portanto, sua autonomia - frente às pressões dos grupos internos, maior é seu *win-set* e, como já mencionado anteriormente, um conjunto de vitórias muito grande diminui a força do posicionamento do negociador quanto às imposições da outra parte no nível I. Dessa forma, “a incerteza sobre o tamanho do conjunto de vitória pode ser tanto um instrumento de barganha quanto um obstáculo para negociações de dois níveis”, uma vez que ela aumenta as chances de ocorrer defecção involuntária (PUTNAM, 2010, p. 164).

Seguindo essa linha de raciocínio e partindo para a terceira e última circunstância das variações do *win-set*, a popularidade do negociador-chefe internamente influencia o resultado do acordo e da ratificação. Assim, o conjunto de vitórias também dependerá das estratégias de negociação do líder no nível I, dentro das quais é relevante abordar as compensações paralelas, que são utilizadas visando o incentivo da ratificação por meio da incorporação de grupos de apoio periféricos ou antes céticos à negociação (PUTNAM, 2010).

Além dos dois níveis, há uma multiplicidade de outros, especialmente no âmbito doméstico, devido às muitas divisões e subdivisões de interesses existentes e, por essa razão, diversos arranjos institucionais exigem uma variada gama de níveis de ratificação dos acordos, levando à maior complexidade e relevância deste tipo de análise (PUTNAM, 2010).

Em algumas situações, talvez mesmo sem intenção, as pressões internacionais ‘reverberam’ na política doméstica, alterando o equilíbrio doméstico e, em consequência, influenciando as negociações internacionais. [...] Prever o efeito exato da pressão externa [positivo ou negativo] é reconhecidamente difícil, embora empiricamente a reverberação pareça ocorrer com frequência em jogos de dois níveis (PUTNAM, 2010, p. 166-167).

Assim, partindo do princípio da ocorrência das reverberações, em que a política internacional afeta a doméstica - e vice-versa - e que existe uma conexão sinérgica entre as questões, os resultados internos não são externos à negociação e, logo, os dois níveis não devem e não podem ser trabalhados separadamente (PUTNAM, 2010).

Dentro do estudo da influência mútua da política externa e interna, é essencial citar brevemente a contribuição de Charles F. Hermann (1990) sobre mudanças da política governamental no processo de tomada de decisão. Segundo o autor, mudanças de direcionamento da política externa de um governo têm fortes consequências em seus constituintes domésticos e em outros países, como a modificação na articulação de alianças, o início ou término de guerras e a melhora ou piora do bem-estar econômico.

Visando abordar as reflexões de Hermann (1990), é necessário compreender o conceito de política externa proposto por ele, a qual é um programa orientado, pelos legisladores, por um problema ou objetivo que implique ação em relação a entidades estrangeiras. Presume-se que a política externa carregue consigo as condições e os instrumentos das leis. Além disso, também é importante diferenciar a reorientação política por transformações do Estado ou do regime da mudança de orientação política devido à escolha do governo em alterar a direção de seu programa. Na obra analisada, “*Changing course: When governments choose to redirect foreign policy*” (1990), o autor foca suas atenções no segundo ponto supracitado, avaliando a existência de quatro níveis de mudança que está sujeita à política externa:

- I. mudanças de ajuste: ocorrem no nível de esforço - interesse -, sem possibilidades de retornos;
- II. mudanças de programa: envolvem novos instrumentos do Estado, como busca de um objetivo por meio de negociação diplomática e não por força militar;
- III. alterações de problema/meta: o problema ou objetivo inicial abordado é substituído ou simplesmente perdido, havendo a modificação do propósito do programa; e
- IV. mudanças na orientação internacional: é a forma mais extrema de mudança na política externa, pois envolve o redirecionamento de toda a orientação do ator para os assuntos mundiais.

A política doméstica é influenciada por três dimensões que levam em conta a relevância do constituinte na formulação do processo político: grau de institucionalização (comprometimento do governo com a política); grau de suporte (posição dos atores internos em relação à política); e grau de saliência (importância da questão nas relações de poder domésticas). Ademais, impacta sobre a política governamental interna, a variável de tomada de decisão de personalidade e percepção. Levando isso em consideração, dois fatores são necessários, no sistema político doméstico, para haver mudança na política externa: primeiro, deve haver uma mudança no sistema e, depois, essa mudança sistêmica deve levar à alteração da política externa do governo. Uma mudança que cumpre estes requisitos seria uma alteração basilar no comportamento dos *players* politicamente mais significativos do contexto interno, que impactaria a política externa do país. Outras variáveis na mudança da política externa podem ser: mudança do sistema político, mudança do sistema econômico (por exemplo, uma

economia baseada na agricultura torna-se industrial) e mudança de governo juntamente da aparição de novos líderes, entre outras (HERMANN, 1990).

Isto posto, alguns outros conceitos fundamentais trabalhados por Hermann consideram as fontes das grandes mudanças de política externa: i) dirigido pelo líder - *leader driven*: quando o formulador da política reflete sua própria visão sobre ela; ii) argumento da burocracia - *bureaucratic advocacy*: um grupo dentro do governo apoia a reorientação política; iii) choques externos - *external shocks*: são as fontes de mudanças que resultam de eventos importantes no cenário internacional, sendo que muitas alterações da política externa advêm da percepção dos líderes governamentais de alguma mudança ou iniciativa externa; iv) restauração doméstica - *domestic restructuring*: quando um segmento politicamente relevante da sociedade é necessário para a governança do regime interno, tornando-se um agente de mudança. Em conclusão, o líder, a burocracia, a reestruturação doméstica e os choques externos influenciam o processo de tomada de decisão interno do governo, que, por sua vez, impacta na extensão da mudança da política externa, a qual pode ser uma alteração do programa, do objetivo/problema ou da orientação internacional (HERMANN, 1990).

Para finalizar, reitera-se a extrema importância de se considerar a análise do jogo de dois níveis na política externa, a fim de compreender as dinâmicas e relações existentes nessa área de conhecimento, bem como suas especificidades, complexidades e possíveis mudanças. É inegável a influência mútua que os níveis possuem um em relação ao outro, sendo clara a atuação dos grupos de interesse domésticos - movimentos sociais, coalizões políticas, ONGs e indivíduos - nas negociações internacionais.

Entretanto, é necessário destacar a falta de estudos de gênero dentro do campo da política externa. A mulher tem estado presente, como objeto e ator, nas discussões políticas há décadas, contudo ainda é pequeno o apreço que esta tem na teoria e na prática. A voz feminina está começando a ser ouvida, ainda que lentamente e apesar das estruturas patriarcais e machistas dominantes no contexto da política internacional. Tendo isso em vista, torna-se necessária a reflexão acerca do papel do movimento feminista, especificamente o sufragista, na construção da política externa britânica, em um momento histórico definitivo para as potências europeias da época, o século XX e, especificamente, a I Guerra Mundial.

3 ENTRE ESTADOS E INDIVÍDUOS: O MOVIMENTO SUFRAGISTA E A I GUERRA MUNDIAL

Primeiramente, é fundamental levar em consideração a relevância do século XX para o estabelecimento da política e economia internacionais atuais, especialmente para o mundo ocidental e sob uma perspectiva eurocêntrica. As escolhas feitas pelos governantes naquele momento - e suas consequências - impactaram intensamente a vida de seus cidadãos, moldaram o Sistema Internacional (SI) e são notáveis até hoje pela sociedade civil e pelos Estados. O século XX foi marcado essencialmente pela guerra e não é possível compreendê-lo sem levá-la em conta (HOBSBAWM, 1994). Em um contexto tão diferenciado quanto o que está em questão, com duas Guerras Mundiais, a Guerra Fria e diversas revoluções sociais, há poucos estudos sobre sua relevância para um grupo que, apesar de minoria social, representa metade da população mundial: as mulheres.

Considerando a entrada feminina no jogo político nacional - e, conseqüentemente, sua conquista de espaço na esfera pública da sociedade - como marco do movimento feminista e das lutas sufragistas, entende-se necessário esta pesquisa, a fim de analisar esse período de grandes mudanças para o mundo e para a população feminina. Da mesma forma, é preciso avaliar o impacto do cenário mundial de guerra no movimento de busca dos direitos políticos femininos nacionais e, também, do próprio movimento na dinâmica política nacional e internacional.

Para tal, serão mencionados os conceitos dos autores do referencial teórico, especialmente Ann Tickner e Robert Putnam, ao longo deste e dos próximos capítulos, para conectar e analisar os pontos históricos mencionados. Assim, quando citados os níveis I e II, estes farão alusão às esferas internacional e doméstica, respectivamente, sob a perspectiva do Jogo de Dois Níveis de Putnam.

3.1 A I GUERRA MUNDIAL E SEUS IMPACTOS NO SISTEMA INTERNACIONAL

O início do século é determinado, desde cedo, por tensões entre os países europeus, especialmente na região dos Bálcãs, conhecidos como “o barril de pólvora da Europa” (HOBSBAWM, 1992). A I Guerra Mundial (IGM), ocorrida entre 1914 e 1918, foi uma consequência dos mecanismos e relações construídos pelos governos nos anos anteriores, bem como a junção de uma série de fatores internos e externos aos países, tal qual o avanço da produção industrial na década de 1880, inclusive das bases de defesa nacionais, com

armamentos e meios de locomoção mais eficazes. Apesar da então corrida industrial armamentista entre os países europeus, a condição determinante para o início da guerra foi a situação internacional em que estes se encontravam, que se caracterizava por ser uma complexa rede de alianças e inimizades (HOBSBAWM, 1992).

Isto posto, é importante recordar que, como afirmado por Hobsbawm (1992), apesar de levarem em consideração suas relações públicas, os governos dos Estados compreendiam a guerra como um meio válido e usual da política internacional, sendo a iniciativa militar sempre uma possibilidade. Tal perspectiva é visível na sutileza da nomenclatura dos atuais Ministérios da Defesa, antes chamados de Ministérios da Guerra. Dessa forma, visando a preparação para as possíveis e futuras guerras, era comum - e o é até hoje - a existência de alianças políticas e militares entre os Estados, os quais comprometem-se em prestar auxílio e lutar ao lado de seu aliado na eventualidade de um conflito armado. Naquele momento, portanto, as Nações já não procuravam evitar a guerra e, sim, decidir o momento mais oportuno, ou menos prejudicial, para que esta viesse a ocorrer (HOBSBAWM, 1992).

Além disso, deve-se notar que a maior parte das guerras com participação das grandes potências era, via de regra, de rápida duração. Os conflitos eram medidos em meses ou, até mesmo, semanas, como no caso da guerra entre Prússia e Áustria de 1866. Nos anos próximos ao período da IGM, o maior conflito não foi de caráter internacional: a Guerra Civil dos Estados Unidos (1861-1865). De acordo com Hobsbawm (1994), entre 1815 e 1914, não houve nenhum combate em que uma grande potência lutou contra outra fora de sua região imediata, com exceção, claro, das expedições imperialistas e dos conflitos coloniais nos territórios ultramarinos. Essa conjuntura modificou-se com a IGM.

Neste contexto, a Áustria tinha conhecimento da possibilidade de uma guerra em maior escala se a Sérvia, aliada da Rússia, fosse provocada e, a partir do momento em que a Alemanha, consoante com sua política externa mais agressiva - *Weltpolitik*, de 1897 -, decidiu conceder total apoio à sua aliada austríaca, o conflito tornou-se uma certeza iminente (SARAIVA, 2008). Dessa forma, é possível afirmar que as origens ou causas iniciais da IGM encontram-se no cenário internacional vigente da época, o qual estava em processo crescente de agravamento e de descontrole dos governos (HOBSBAWM, 1992).

Em outras palavras, o continente europeu foi se dividindo, aos poucos, em blocos opostos de alianças e contra-alianças entre Estados-nações. Um grupo formou-se em 1882, denominado Tríplice Aliança e constituído por Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália, e outro foi a Tríplice Entente, em 1907, com França, Rússia e Reino Unido. É importante notar, entretanto, que esta associação escolhida pelos britânicos foi incompatível com a histórica

diplomacia exercida pelo país até então, haja vista que a probabilidade de uma guerra contra a Alemanha era remota, assim como uma aliança permanente com uma nação continental europeia, especialmente a França, e desta, dentro da Tríplice Entente, com a Rússia (HOBSBAWM, 1992).

A decisão do Reino Unido foi de encontro ao seu principal objetivo de política externa daquele período, que consistia na manutenção do *status quo* da Europa (HOBSBAWM, 1992), ou seja, da *Pax Britannica*. Em linhas gerais, é possível compreender essa mudança na política externa britânica, sob a perspectiva de Hermann (1990), como uma alteração da meta do Estado e como uma mudança da orientação internacional, em que, na primeira, o objetivo inicial é substituído por outro - neste caso, pela preparação para um possível conflito -, havendo, portanto, a modificação do propósito do programa de política externa; e na segunda, a reorganização do cenário externo leva ao reordenamento total da política externa.

Essa transformação:

aconteceu porque ambos os jogadores, bem como as regras do jogo tradicional da diplomacia internacional, mudaram. Em primeiro lugar, o tabuleiro em que era jogado ficou muito maior. A rivalidade entre as potências, confinada antes em grande medida à Europa e áreas adjacentes (com exceção dos britânicos), era agora global e imperial. [...] Ademais, agora havia mais dois jogadores: os EUA - que, embora ainda evitando envolvimento com problemas europeus, desenvolviam um expansionismo ativo no Pacífico - e o Japão (HOBSBAWM, 1992, p. 274-275).

Assim, os blocos foram se fortalecendo e se convertendo em decisões mais definitivas, por meio de rigorosas estratégias e planos de mobilização e, cada vez mais, as tensões entre os Estados tornavam-se ameaças de guerra. A partir de 1905, as revoluções e movimentos de ruptura foram constantes, tais como: Revolução Russa (1905), Conferência de Algeciras (1906), Revolução dos Jovens Turcos (1908), anexação da Bósnia-Herzegovina pela Áustria (1908) e crise internacional com foco no Marrocos (1911). Deste modo, nesse período, pode-se considerar que a política interna das potências conduziu sua política externa para uma área das relações internacionais mais conflituosa (HOBSBAWM, 1992).

Dentro deste cenário, o principal objetivo alemão era, no raciocínio político da época, adquirir um maior número de territórios a fim de representar seu papel de igualdade em relação às demais grandes potências em escala mundial, ou seja, suas conquistas ultramar deveriam condizer com sua capacidade econômica. Naquele momento, este era o maior desafio alemão, diferentemente da II Guerra Mundial, em que a intenção era o domínio do mundo pelos arianos (SARAIVA, 2008).

Nesse sentido, a Áustria-Hungria estava preocupada com o crescimento territorial da Sérvia e, assim, aspirava por uma oportunidade militar decisiva contra o país, situação que veio a ocorrer na crise de julho de 1914, deflagrada pelo assassinato do arquiduque e herdeiro do trono austríaco, Francisco Ferdinando, e de sua esposa, por um estudante bósnio nacionalista em Sarajevo, capital da Bósnia. Levando em consideração o assassinato do arquiduque como estopim da guerra, a Áustria-Hungria formulou um ultimato com severas exigências à Sérvia, as quais limitariam consideravelmente a soberania do país (HOBSBAWM, 1992; SARAIVA, 2008).

A Sérvia atendeu ao ultimato com algumas condições, que seriam aceitas pelo imperador alemão se não fosse pela parcela de seu governo que seguia um raciocínio mais militarista e que clamava pela declaração de guerra - anunciada em 28 de julho daquele ano, 35 dias após a morte do arquiduque. Logo, as engrenagens das alianças político-militares europeias começaram a ser postas em movimento e o conflito foi escalando de caráter local para continental, devido às participações russa e francesa e, em 1917, tornou-se mundial com a entrada dos Estados Unidos e de outros países não europeus (SARAIVA, 2008).

Em relação à IGM, a estratégia da Alemanha era diminuir, ao máximo, os possíveis impactos de um conflito em duas frentes, o qual foi viabilizado pela aliança franco-russa e combatido através do Plano de Schlieffen (SARAIVA, 2008).

O plano alemão era liquidar rapidamente a França no Ocidente e depois partir com igual rapidez para liquidar a Rússia no Oriente, antes que o império do czar pudesse pôr em ação efetiva todo o peso de seu enorme potencial militar humano. Então, como depois, movida pela necessidade, a Alemanha planejava uma campanha relâmpago (o que seria, na Segunda Guerra Mundial, chamado de *blitzkrieg*). O plano quase deu certo, mas não inteiramente (HOBSBAWM, 1994, p. 27).

O avanço alemão foi detido a Leste de Paris, próximo ao rio Marne, onde as forças francesas, reforçadas por belgas e britânicos, formaram “linhas paralelas de trincheiras e fortificações defensivas” (HOBSBAWM, 1994, p. 27) que mantiveram a posição, nesta frente, das potências envolvidas. Essa área é denominada de “Frente Ocidental”, onde milhões de militares de ambos os contingentes morreram nas trincheiras e, principalmente, na “terra de ninguém”¹⁰. Enquanto se mantinha esse impasse no lado ocidental, na Frente Oriental, o combate estava em constante movimento, em que os alemães pressionavam os russos e os empurravam para fora da Polônia. Dessa forma, em 1917-1918, a Alemanha assegurou sua vitória no leste, propiciando a eclosão da Revolução Russa (1917) e, a partir da assinatura do

¹⁰ O termo, no original em inglês, é *no man's land*. Refere-se, durante a IGM, a um território não ocupado e sob disputa em um conflito, isto é, a área entre as trincheiras inimigas das Nações combatentes.

tratado de paz punitivo Brest-Litowsk (1918), ficou livre para concentrar sua atenção na Europa Ocidental (HOBSBAWM, 1992).

Entretanto, com a Frente Ocidental estagnada, mesmo com a vitória no leste, o plano inicial alemão já não era possível e, devido à decisiva participação estadunidense, a Alemanha foi vencida pela ofensiva adversária no rio do Somme, na França, em agosto de 1918. Em consequência, os aliados alemães - Bulgária, Turquia e Áustria-Hungria - renderam-se um após o outro e, em razão da revolução iniciada em Berlim e da abdicação do imperador, em novembro de 1918, a Alemanha também se rendeu e aceitou as condições de sua derrota (SARAIVA, 2008).

Com o fim da guerra através da rendição da Tríplice Aliança, iniciou-se um conturbado período de negociação e constituição da paz - ou, ao menos, esse era o objetivo (KENNEDY, 1989). Conforme abordado por Saraiva (2008), a regulamentação da paz, após a I Guerra Mundial, deu-se pelo estabelecimento do Tratado de Versalhes, de 1919, assinado na Conferência de Paz, realizada no mesmo ano. O Tratado anulou o sistema de equilíbrio do concerto europeu prévio à guerra e instituiu um cenário instável nas relações internacionais do continente, ademais de elevar os egoísmos nacionais das potências.

É possível afirmar que a Conferência foi marcada pelo atrito entre duas correntes de pensamento político divergentes: em um lado, Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos, com uma visão idealista da nova ordem mundial e, do outro, Georges Clemenceau, chefe de governo francês e promotor de uma perspectiva mais revanchista das propostas de paz. Além disso, também é importante mencionar a falta de representação da totalidade dos países envolvidos no assunto, levando a decisões não democráticas por parte das Nações deliberativas. Ao final, prevaleceu o revanchismo francês sobre os termos do Tratado e sobre a própria nova organização internacional. Isto é, com a Alemanha em ruínas, a Áustria-Hungria fragmentada e a Rússia concentrada em sua guerra civil, a visão francesa sobressaiu-se, afirmando que a paz seria o resultado do enfraquecimento alemão e do controle a longo prazo deste território (SARAIVA, 2008; KEYNES, 2002).

O interesse predominante das grandes potências vitoriosas – Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Itália - levou em consideração cinco principais pontos para as discussões da Conferência de Paz e consequente formulação do Tratado de Versalhes. O fator de atenção imediata consistia no declínio de diversos governos na Europa e na ascensão do regime bolchevique revolucionário russo como alternativa, sendo o bloqueio de seu avanço, para as Nações capitalistas, fundamental. Ademais, havia grande necessidade de exercer controle sobre a Alemanha, haja vista que esta quase sozinha demonstrou seu poder militar durante a

guerra, e de reconfigurar o mapa territorial europeu, com vistas a enfraquecer o país alemão e dominar os territórios com vácuos de poder, decorrentes do colapso simultâneo dos impérios habsburgo, russo e otomano, na Europa e no Oriente Médio. Essa reordenação de territórios tinha como proposição básica a divisão étnico-linguística dos Estados-nação, de acordo com a “autodeterminação dos povos” proposta pelos 14 pontos de Wilson, que posteriormente, na década de 1990, mostrou-se falha (HOBSBAWM, 1994; WILSON, 1918).

O quarto ponto consiste nas políticas internas dos países vitoriosos, em que a pressão popular e o posicionamento do Legislativo começam a exercer maior influência sobre a política externa, como é possível perceber na recusa do Congresso estadunidense em ratificar o acordo de entrada do país na Liga das Nações, tema muito bem abordado por Putnam no modelo do Jogo de Dois Níveis. Por fim, o último fator que foi levado em consideração foi a busca por elaborar um acordo de paz que evitasse inteiramente outra guerra similar à que havia sido recém vivenciada. A eclosão da II Guerra Mundial em 1939 demonstra o fracasso deste objetivo (HOBSBAWM, 1994; WILSON, 1918).

Foi imposto à Alemanha, portanto, uma paz punitiva, que se baseava no argumento de que esta foi a única responsável pelo conflito, conforme a cláusula da “culpa de guerra” (HOBSBAWM, 1994; KEYNES, 2002). O Tratado de Versalhes, visto como um *Diktat* pelos alemães, determinou que:

A Alemanha perdia a sétima parte de seu território e um décimo de sua população; devia aceitar a responsabilidade da guerra, a ocupação militar e o desarmamento, além de pagar, por conta de reparações, uma soma fixada, em 1921, em 132 bilhões de marcos-ouro. Clemenceau obstruiu toda reclamação da Alemanha, ameaçou-a com o reinício da guerra e com sua divisão em duas (plano do marechal Foch) caso recusasse o tratado nos termos definidos pelos vencedores: impôs ao país derrotado a assinatura do tratado, a 28 de junho de 1919, na Sala dos Espelhos do palácio de Versalhes (SARAIVA, 2008, p. 133).

Em outros termos, o objetivo de enfraquecimento alemão foi obtido não apenas pelas perdas de territórios, como a Alsácia-Lorena, que voltou para França, e a região do Leste, conhecida como Corredor Polonês, que foi readquirida pela Polônia, mas principalmente pela privação de desenvolvimento militar por parte da Alemanha. O país era proibido de possuir uma Marinha e Força Aérea efetivas, podendo ter um Exército de somente 100 mil indivíduos. Além do pagamento das reparações dos custos da guerra, a parte Ocidental alemã foi ocupada militarmente e suas colônias ultramarinas repartidas entre as potências vencedoras, especialmente Grã-Bretanha e França (HOBSBAWM, 1994).

Dentro do acordo de paz, também foi tratada e estabelecida a Liga das Nações¹¹ (1919), organização que teve origem no idealismo de Wilson e na proposta de realização de alianças abertas feitas de forma aberta - fim da “diplomacia secreta”. Tendo em vista a recusa interna dos Estados Unidos em ratificar o acordo e a conseqüente falta de ingerência da nova ordem pela potência americana, a instituição fracassou em seu objetivo de manter a paz, sendo válida na coleta de dados estatísticos (HOBSBAWM, 1994; WILSON, 1918).

Em suma, o projeto de paz da Conferência - e do Tratado dela decorrente - considerou “os interesses econômicos, estratégicos e territoriais dos vencedores, mas engendraram um mundo confuso e desorientado, no qual as relações internacionais desenvolver-se-iam sob tensão” (SARAIVA, 2008, p. 134-135). Referente a isso, existem variadas críticas que apontam os problemas de classe econômica, fronteiriça, étnico-religiosa e nacional que seriam amplificados com a nova ordem de Versalhes, considerada como “incoerente, defeituosa e pouco realista” (SARAIVA, 2008, p. 135).

Neste tenso contexto de instabilidade política, agravado com a crise econômica do capitalismo de 1929, desenvolveram-se os regimes autoritários nacionalistas de extrema direita na Europa, dentre os quais o nazismo e o fascismo são comumente conhecidos e estão altamente relacionados aos sentimentos de revanchismo da população de seus respectivos países (FRIEDEN, 2008; HOBSBAWM, 1994). De acordo com Saraiva (2008, p. 138):

O trauma da guerra e os sofrimentos dela decorrentes explicam o tremor ideológico e psicológico que afetou as mentalidades coletivas da Europa. Para influir sobre os outros, militantes, intelectuais e partidos políticos buscavam segurança em ideologias que correspondiam a reservas estruturadas de ideias e valores. Embora se vinculando a essas ideologias, os sentimentos coletivos espelhavam as imagens, as crenças, os preconceitos e os estereótipos culturais. Confrontados com o concreto, as correntes de opinião refletiam, por sua vez, ideologias e sentimentos em movimento. Antes da guerra, várias opiniões públicas pouco repercutiam sobre as relações internacionais, sendo sobretudo a ‘opinião nacional’ que se vinculava à política exterior. No pós-guerra, a opinião pública entra em cena e impõe-se à diplomacia.

Assim, conceitos como política externa, revolução, democracia e ditadura interconectam-se e influenciam as opiniões coletivas, cujo controle é buscado pelos governos com vistas ao respaldo de suas decisões externas pelo posicionamento nacional da população. A opinião popular torna-se poderoso recurso das relações internacionais no cenário pós-IGM

¹¹ A Liga das Nações foi fundada em 1919 por meio da assinatura do Tratado de Versalhes, onde foi acordado as especificidades da instituição. Seu principal objetivo consistia na promoção da cooperação internacional e manutenção da paz entre as Nações, convergindo com os 14 pontos de Wilson. Apesar de alguns sucessos na negociação de tensões diplomáticas entre diferentes países e algumas pesquisas e estatísticas realizadas, a Liga não foi capaz de evitar a ocorrência da II Guerra Mundial, sendo dissolvida em 1946. A Liga das Nações foi precursora da atual Organização das Nações Unidas - ONU (HOBSBAWN, 1994).

e, deste modo, os movimentos sociais internos - nível II - ganham relevância na esfera externa - nível I (SARAIVA, 2008).

3.2 O MOVIMENTO SUFRAGISTA FEMININO NO REINO UNIDO

A chamada “primeira onda” do feminismo - terminologia que possui críticas, as quais serão abordadas posteriormente - ocorreu nas últimas décadas do século XIX, momento em que as mulheres se uniram para lutar por seus direitos, sendo que as britânicas foram as pioneiras. O direito ao voto foi o primeiro a se popularizar (PINTO, 2010), possivelmente devido à sua relevância para a saída da mulher da esfera unicamente privada e entrada na pública, em que passa a ser vista como parte integrante, apesar de não totalmente participante, da sociedade. Dentro deste contexto, não somente em relação ao âmbito público, mas especificamente ao político, a mulher empenha grandes esforços para ter seu espaço e sua voz, recaindo nela significativo peso de representação, uma vez que “quando uma mulher fala, sua fala tem uma marca: é a fala de uma mulher; quando uma mulher feminista fala, tem duas marcas, de mulher e de feminista” (PINTO, 2010, p. 20).

Em outras palavras, o papel representativo e de perspectiva feminina e, especialmente feminista, na política é fundamental para atuar e modificar a ordem institucional machista vigente. Levando isso em conta, é possível compreender a escolha do tema da presente pesquisa, que considera o sufrágio feminino como, além de primeira onda, marco da luta feminista, haja vista que, apesar de já ter havido participação feminina em outras campanhas políticas no século XIX, como o movimento abolicionista, foi a primeira vez que se realizou uma luta propriamente por mulheres e para mulheres (CRAWFORD, 2021).

Dito isso, é importante esclarecer primeiramente o conceito de sufrágio para que, em seguida, o movimento britânico seja abordado. De acordo com o dicionário Houaiss (2009, p. 1.786), o termo sufrágio corresponde ao “processo de escolha por votação; eleição; voto em uma eleição”, ou seja, é a manifestação dos interesses e da opinião do eleitor na esfera pública, sendo uma possibilidade para sua participação nas decisões políticas de seu país. Assim, é considerada sufragista a pessoa “que defende a extensão dos votos a todos, sem distinção de raça, sexo, poder econômico, origem etc.” (p. 1.786). Percebe-se, então, que a expressão equivale à luta pelo direito ao voto para diversos grupos sociais, porém

historicamente esta se refere aos direitos especificamente das mulheres, que consistem no sufrágio feminino - neste trabalho, mencionado apenas como sufrágio¹².

Todavia, existe um ponto que deve ser frisado: as divergências dentro do próprio movimento feminista quando consideradas as interseccionalidades do grupo. Muitas vezes, a luta pelo direito ao voto não abrangia mulheres não brancas ou de classes mais baixas, como é possível verificar no próprio caso britânico - que será exposto em seguida - e em vários outros. Dessa forma, visando fazer jus à realidade do movimento sufragista, é necessário citar aqui a obra de Angela Davis, “Mulheres, raça e classe”¹³ de 1981, em que a autora discute o racismo dentro do movimento sufragista feminino. Ainda que relevante o tema e a obra citados acima, vale ressaltar que por se distanciar do escopo pretendido por este trabalho, não serão debatidos com maior profundidade, havendo espaço para seu debate em estudos futuros.

Como foi discutido anteriormente, a conquista de alguns direitos civis femininos no Reino Unido ocorreu desde o século XIX, quando foi promulgado, por exemplo, o *Married Woman's Property Act* de 1870, e algumas atualizações nos anos seguintes, o qual permitiu que as mulheres mantivessem seus bens e finanças após o casamento, haja vista que antes a propriedade era transferida automaticamente para a autoridade do marido. A situação, todavia, não se resolveu, pois as mulheres necessitavam pagar impostos sobre os quais não possuíam nenhuma voz para decidir as ações que seriam tomadas em relação a eles. Assim, as sufragistas entenderam que a melhor forma de atingir a equidade de gênero, no âmbito privado e público, seria através do voto, participando do processo parlamentar (BRITISH LIBRARY, 2018a).

Referente especificamente ao movimento sufragista britânico, a primeira proposta de sufrágio feminino adveio em 1867, quando John Stuart Mill promoveu o debate sobre o tema no Parlamento e foi, contudo, rechaçado (BRITISH LIBRARY, 2018a). Apesar da derrota na conquista do voto naquele momento, havia sido tomado um passo que não se poderia voltar atrás e, assim, as mulheres que apoiaram Mill começaram a promover petições e reunir-se em debates públicos. Uma das primeiras pessoas a falar em encontros públicos, em Londres, foi Millicent Fawcett, cujo marido era membro do Parlamento britânico e amigo de Mill (CRAWFORD, 2021).

Nos anos de 1870 e 1880, as sufragistas começaram a viajar pelo país realizando reuniões e divulgando a campanha e, assim, tendo em conta que o movimento teve origem em

¹² No presente trabalho, o termo sufrágio será utilizado para fazer menção ao sufrágio especificamente feminino. Além disso, vale ressaltar que a palavra “voto” também será empregada de forma similar.

¹³ No original: Women, Race & Class.

Londres, lograram propagá-lo nacionalmente, instituindo sociedades sufragistas nas principais cidades britânicas. A campanha tinha como um de seus pilares a solidariedade, por isso procurava atingir a maior diversidade possível de pessoas, sendo assim realizada em variadas localidades e em diferentes tipos de reuniões, desde grandes câmaras municipais até em pequenos vilarejos e áreas rurais, além também de mercados locais. Um ponto de destaque que adveio das falas das sufragistas em suas viagens foi a luta por melhores oportunidades de educação para o público feminino, o que era visto como um meio de combate da principal causa das campanhas antissufragistas: o preconceito (CRAWFORD, 2021).

Em 1897, iniciou-se a formação de organizações nacionais sufragistas tal qual a União Nacional das Sociedades de Sufrágio Feminino - no original em inglês, *National Union of Women's Suffrage Societies* (NUWSS), que realizava campanhas a favor do voto feminino de acordo com os direitos já concedidos - ou que poderiam ser - aos homens. Este movimento possuía uma abordagem mais constitucional, atuando por meio de reuniões públicas e *lobbies* parlamentares com petições (BRITISH LIBRARY, 2018a).

Além deste, havia também outro grupo principal, denominado União Política e Social Feminina - *Women's Social and Political Union* (WSPU), que, formado em 1903, caracterizava-se por ter uma perspectiva mais militante e disruptiva, utilizando as chamadas “ações diretas”, mais violentas. Apesar de existirem outras organizações atuantes no período, as duas supracitadas dominavam o cenário de oposição política e são consideradas fatores-chave para a luta sufragista britânica, tendo figuras como Millicent Fawcett e as Pankhursts - Emmeline e suas filhas, Christabel e Sylvia - como líderes, respectivamente (BRITISH LIBRARY, 2018a).

É necessário notar que, inicialmente, a campanha sufragista buscava a obtenção de uma participação política igualitária, ou seja, nos mesmos termos que os homens, os quais apenas podiam exercer seu direito de voto se possuíssem determinado valor monetário de propriedades. Em outras palavras, a parcela da população que tinha poder de voto era masculina e abastada e, tendo em vista que as primeiras sufragistas eram advindas da classe média, estas tinham como prioridade apenas aquilo que lhes era caro, não tendo em mente a extensão a mulheres - ou homens - da classe trabalhadora ou de etnias não brancas. Posteriormente, o sufrágio universal tornou-se pauta e objetivo da campanha, incluindo também participantes de diferentes grupos sociais (BRITISH LIBRARY, 2018a).

O movimento sufragista britânico constituía-se como um grupo diverso e dinâmico, havendo diferentes indivíduos e abordagens de ação. A NUWSS, conforme foi abordada, realizava sua campanha por meio de métodos pacíficos e já conhecidos, como petições, *lobby*,

marchas e reuniões públicas, além da disseminação de informações sobre o movimento e sua importância em jornais, panfletos e folhetos. Os participantes dessa União eram conhecidos inicialmente como *women's rightists* e, posteriormente, *suffragists*, termos que em português referem-se às pessoas sufragistas (BRITISH LIBRARY, 2018a; CRAWFORD, 2021).

Em contraponto, considerando que os métodos utilizados até então haviam falhado e com vistas à publicidade e maior conscientização da população, a WSPU, ademais de organizar reuniões públicas e publicar informações em veículos de comunicação, tomava ações de protesto mais violentas. Isto é, com o lema de “atos, não palavras”¹⁴, elas se acorrentaram em grades, atearam fogo em propriedades privadas e públicas, e interromperam discursos públicos e na Casa dos Comuns, entre outras atividades. É interessante notar, no que se refere à estratégia de marketing utilizada, que a WSPU foi a primeira União a utilizar cores de identidade visual do movimento, as quais eram roxo, branco e verde. Em relação às publicações, a WSPU vendeu, por semana, cerca de 20 mil unidades do seu jornal chamado *Votes for Women - Votos para Mulheres* (BRITISH LIBRARY, 2018b).

Os membros desse e de outros grupos mais militantes receberam o nome, pejorativamente, de *suffragettes*, tendo em conta que o sufixo “ette”, no idioma inglês, refere-se a algo pequeno ou no diminutivo, o que visava minimizar e desacreditar a atuação das sufragistas. Contudo, muitas mulheres acabaram se apropriando do termo e modificando seu significado original, dando conotação de luta e orgulho à palavra (BRITISH LIBRARY, 2018b). Atualmente, é comum diferenciar as campanhas de sufrágio do período por meio dessa nomenclatura (*suffragists* e *suffragettes*), no entanto cabe destacar que, naquela época, esta divisão não era tão clara, havendo imprecisão na utilização da terminologia (CRAWFORD, 2021).

Considerando as táticas adotadas pela WSPU com vistas à disrupção e desobediência civil, uma ação relevante de ser mencionada é a sua tentativa de ocupar o Parlamento britânico em 1908, incentivando as 60 mil pessoas ali reunidas a invadir a Casa dos Comuns (UK PARLIAMENT, 2021a). Além disso, um dos atos mais extremos realizados por uma *suffragette* foi quando, em 1913, Emily Davison caminhou até o cavalo do Rei durante a corrida de Epsom Derby a fim de pôr nele um distintivo da WSPU e, ao permanecer em sua frente, foi atingida e morta pelos ferimentos provocados pela colisão e, dessa forma, tornou-se mártir da causa (BRITISH LIBRARY, 2018a). Estas ações mais radicais não ocorreram sem consequências, haja vista que muitas sufragistas foram encarceradas, porém mesmo assim,

¹⁴ No original: *Deeds not words*.

continuavam seu protesto por meio de greves de fome na prisão¹⁵ (BRITISH LIBRARY, 2018b).

Nesse sentido, diferentemente das ações constitucionais, não militantes e cumpridoras da lei - *law abiding* - da NUWSS, a WSPU praticava atividades significativamente mais violentas. Assim, esta despertava mais atenção e interesse da mídia e das jovens mulheres do que aquela. A ala radical, portanto, caracterizava-se por desenvolver sua campanha com sólida estrutura de marketing, pois, além do uso das cores e do lema, elas ainda possuíam um distintivo e fortes personalidades atuantes. As *suffragettes* tornaram-se muito conhecidas, até os dias de hoje, porém muitos consideram que a estratégia das *suffragists* provou-se mais eficaz (CRAWFORD, 2021).

Como exemplo da diversidade e da dinâmica do movimento, é possível apontar a divisão ocorrida em 1907 dentro da WSPU, que levou à formação do *Women's Freedom League* (WFL) - Liga da Liberdade Feminina, liderada por Charlotte Despard (CRAWFORD, 2021). Essa separação ocorreu devido às divergências internas do grupo sobre o uso de métodos violentos, abordagem especialmente defendida por Emmeline Pankhurst. Assim, a WFL optava por ações tais como a violação pacífica das leis, as manifestações públicas e a rejeição do pagamento de impostos (BRITISH LIBRARY, 2018b). Ademais, suas participantes eram consideradas, no espectro político-ideológico, levemente mais favoráveis à ala da esquerda que a WSPU, com certa tendência ao socialismo, além de muitas serem também vegetarianas (CRAWFORD, 2021).

O boicote ao censo de 1911 do Reino Unido e do País de Gales¹⁶, por exemplo, foi uma proposta da WFL que posteriormente foi adotada também pela WSPU (CRAWFORD, 2021). Apesar de não ter sido completamente exitoso, pois muitas mulheres foram contadas na pesquisa, o plano atraiu muita atenção e publicidade do público, sendo um importante ato da campanha sufragista britânica. Referente a isso, Emmeline Pankhurst escreveu em uma carta: “o Censo é uma numeração das pessoas. Até que as mulheres sejam consideradas

¹⁵ Procurando acabar com as greves de fome das sufragistas, o governo aprovou a instituição do Ato dos Prisioneiros (Alta Temporária por Problemas de Saúde) de 1913, comumente conhecido como Ato do Gato e do Rato (*1913 Cat and Mouse Act*), que permitiu a libertação antecipada de prisioneiros que corriam risco de morte pela greve. Quando recuperassem sua saúde, os presos eram chamados de volta à prisão (UK PARLIAMENT, 2021b).

¹⁶ O boicote ao censo de 1911 foi um episódio em que as mulheres (ou seus maridos), como forma de protesto, recusaram-se a participar da pesquisa do Reino Unido e do País de Gales daquele ano, sob risco de serem encarceradas ou obrigadas a pagar uma multa. A ação foi feita de várias formas: recusando-se a preencher as questões do censo, permanecendo na rua durante a noite da pesquisa, para evitar estar em casa quando fosse o momento de participar, ou preenchendo o censo com frases de protesto, como “se mulheres não contam, também não serão contadas”, “sem voto - sem censo”, entre outras. No original em inglês, respectivamente: “*If women don't count, neither shall they be counted*” e “*No vote - No census*” (CASTELOW, 2021).

“pessoas para fins de representação nos conselhos da nação, nos recusaremos a ser contadas”¹⁷ (CASTELOW, 2021).

A despeito das diferenças metodológicas e táticas entre os grupos, permanecia um ambiente relativamente cooperativo em certos aspectos da campanha, pois ainda buscavam o mesmo objetivo: o voto feminino (BRITISH LIBRARY, 2018b). Nesse sentido, é relevante mencionar a atuação da NUWSS em 1913, quando a União convocou uma peregrinação das sociedades sufragistas partindo de diversas cidades da Inglaterra até Londres, onde todas se encontraram em um comício no Hyde Park, em julho daquele ano, para demonstrar o quão difundidas eram suas filiações. Isto é, a NUWSS era muito maior em número de participantes, porém a WSPU ainda era a que tinha maior destaque nas mídias, principalmente devido aos métodos violentos utilizados (CRAWFORD, 2021).

Dessa forma, a WSPU atraía a atenção das pessoas, contudo muitas não se filiavam à União justamente por causa da intensa violência exercida pelo grupo e, também, pela consequente violação das leis. Assim, muitas mulheres, despertadas pela necessidade da luta sufragista por meio da mídia provocada pela WSPU, acabavam participando da NUWSS, que praticava ações constitucionais e mais estáveis, buscando oportunidades nas falhas da máquina pública política. Ademais, a NUWSS também buscou seu desenvolvimento através de outro método: vinculando-se ao Partido Trabalhista, o qual detinha certo espaço no Parlamento. As sufragistas esperavam que, ao apoiar o Partido para as próximas eleições, em 1915, os trabalhistas poderiam influenciar na decisão parlamentar acerca da questão do voto feminino (CRAWFORD, 2021).

Dito isso, é importante mencionar que, enquanto a NUWSS estava crescendo numericamente e se fortalecendo, a WSPU se fragmentava, haja vista que suas ações tornavam-se cada vez mais violentas - chegando perto de ferir ou, até mesmo, matar um civil - e, portanto, também escalava a repressão governamental. Por volta da metade do ano de 1914, os membros da WSPU foram fortemente buscados e apreendidos pela polícia, sendo forçados a deixar sua sede e estabelecendo-se em diferentes localidades - em geral, constituíam escritórios clandestinos - para, logo em seguida, mudar-se novamente. Apesar de conseguirem realizar a impressão e publicação de seu periódico, enfrentavam muitas dificuldades para fazê-lo, considerando que, além de estarem constantemente fugindo, ainda tinham poucos recursos financeiros e a própria Emmeline Pankhurst, líder do grupo, estava sendo perseguida

¹⁷ No original: “*The Census is a numbering of the people. Until women count as people for the purpose of representation in the councils of the nation, we shall refuse to be numbered*” (CASTELOW, 2021).

e pedia auxílio em nome do movimento por meio de cartas para alguns simpatizantes da causa (CRAWFORD, 2021).

De acordo com Elizabeth Crawford (2021), é possível que a WSPU acabasse sendo totalmente fechada se houvesse continuado com seus atos violentos, considerados por muitos como terroristas. Entretanto, com o advento da I Guerra Mundial, em agosto de 1914, as sociedades sufragistas, à primeira vista, decidiram acabar com a campanha e juntar-se aos esforços da guerra. Tendo isso em vista, as sufragistas da WSPU que estavam encarceradas foram libertadas, sob uma anistia geral, e Emmeline e Christabel Pankhurst começaram a trabalhar junto do governo, especialmente com Lloyd George, a fim de aproximar as mulheres à mobilização social da guerra, motivando a que elas se envolvessem com o trabalho no setor industrial, principalmente na produção de munições.

Por outro lado, a NUWSS, de forma especial Millicent Fawcett, manteve sua relação com os políticos e sua atenção nas mudanças que estavam ocorrendo. Entre 1916-1917, o governo britânico, na figura de James William Lowther, percebeu que necessitaria modificar o registro eleitoral (CRAWFORD, 2021), pois muitos soldados que estavam lutando no fronte da guerra não se encaixavam nos requisitos necessários para votar - apenas homens que residissem no país nos doze meses prévios à eleição tinham o direito (UK PARLIAMENT, 2021c).

Antes desse período, apenas 58% da população adulta masculina detinha poder de voto. Assim, considerando os fatores mencionados acima e a união entre o movimento sufragista e o Partido Trabalhista, finalmente foi possível estender o voto a outras parcelas da população britânica que antes não possuíam voz no espaço político do país (UK PARLIAMENT, 2021c). Deste modo, Fawcett estava determinada a incluir também as mulheres na nova legislação, ao passo que a senhora Pankhurst mantinha seu interesse nos esforços de guerra em conjunto com o governo (CRAWFORD, 2021).

Em janeiro de 1917, foi debatido o assunto na Conferência do Parlamento britânico, quando foi decidido que haveria alguma forma de sufrágio, contudo não foi acertado as especificidades dos requisitos que seriam exigidos. Este momento foi o divisor de águas da luta sufragista, pois mesmo não abarcando todas as mulheres, é considerado por muitos - não todos - como um marco de sucesso, pois o reconhecimento político de algumas mulheres seria melhor que de nenhuma (CRAWFORD, 2021).

Isto posto, em 1918, foi aprovado o projeto de lei que modificou a estrutura eleitoral vigente. O Ato de Representação das Pessoas¹⁸ previu, então, certa limitação ao sufrágio, de modo que a idade mínima era de 30 anos para que as mulheres britânicas pudessem votar e elas deveriam atender à determinada qualificação geral de propriedade, ou seja, apenas aquelas de classe social mais abastada poderiam exercer seu direito de participação política. Nesse sentido, 8,5 milhões de mulheres foram abarcadas pela nova legislação, todavia isso representava somente cerca de 66% da totalidade da população feminina (UK PARLIAMENT, 2021c).

Além disso, o Ato também aboliu todas as restrições existentes referentes aos homens, como aquelas que versavam sobre seus bens proprietários, e estendeu o voto a todos acima de 21 anos de idade, cujo limite poderia ser alargado para 19 anos para quem estivesse alistado nas Forças Armadas. Com isso, o eleitorado do Reino Unido foi de oito para 21 milhões de pessoas, porém ainda se manteve a grande desigualdade de gênero na formulação da política nacional britânica (UK PARLIAMENT, 2021c).

Foi apenas depois de dez anos que as mulheres com idade acima de 21 anos e sem qualificação de propriedade conquistaram o direito ao voto no Reino Unido, por meio do *Equal Franchise Act* de 1928. Assim, as mulheres finalmente tinham os mesmos requisitos que os homens e, portanto, a legislação tornou-se menos desigual referente às questões de gênero. Nesse sentido, a parcela da população feminina britânica que poderia participar politicamente da sociedade cresceu para 15 milhões de eleitoras (UK PARLIAMENT, 2021c).

Durante o período desta década, especificamente em 1919, a NUWSS tornou-se a União Nacional das Sociedades pela Igualdade Cidadã - *National Union of Societies for Equal Citizenship* (NUSEC) -, a qual continuou a promover a campanha sufragista, embora, desde o final da IGM, não estar mais sob a liderança de Fawcett. Em contrapartida, a WSPU se fragmentou no intervalo de tempo da guerra, sendo que Emmeline e Christabel Pankhurst estabeleceram uma nova organização, intitulada Partido das Mulheres - *Women's Party*, pelo qual Christabel foi candidata nas eleições gerais, mas foi derrotada e, logo, distanciou-se do campo político (CRAWFORD, 2021).

Em relação à Sylvia Pankhurst, esta constituiu, em 1914, a Federação das Sufragistas do Leste de Londres - *East London Federation of Suffragettes*, que acabou convertendo-se em uma associação de cuidado das mulheres e crianças, viabilizando empregos na fabricação de brinquedos, por exemplo, durante o período do conflito mundial, os quais eram antes

¹⁸ No original: *Representation of the People Act*.

importados da Alemanha. Ao final da guerra, Sylvia aproximou-se do socialismo, situando-se na vertente política oposta à sua mãe e irmã, porém se manteve participante nas campanhas sufragistas e demais causas de seu interesse (CRAWFORD, 2021).

Acerca dos efeitos da I Guerra Mundial na campanha sufragista, é de vital importância mencionar que, apesar de não ser o único fator, a entrada intensiva das mulheres no mercado de trabalho britânico facilitou a argumentação a favor do sufrágio. Isto é, durante o conflito, as mulheres ocuparam, além de seus cargos tradicionais - como no setor têxtil - e daqueles relacionados à produção bélica, espaços que antes eram majoritariamente masculinos, atuando como enfermeiras e médicas no fronte da guerra, agricultoras, motoristas de ônibus e entregadoras de leite, entre outros (CRAWFORD, 2021). Dessa forma, a capacidade intelectual e profissional feminina foi sendo aceita por um maior número de pessoas, possibilitando seu fortalecimento na esfera pública.

Encaminhando-se para o final deste capítulo, é necessário ainda realizar uma reflexão sobre o perfil do eleitorado feminino que foi abarcado pelo Ato de Representação das Pessoas de 1918 e sua importância na formulação da política no Reino Unido, naquele momento. Conforme já abordado, apenas mulheres acima de 30 anos de idade e pertencentes a um estrato social privilegiado poderiam votar nas eleições do país, ou seja, excluí-se então as classes sociais mais baixas, como a trabalhadora, e as pessoas mais jovens - geralmente, mais radicais. Com isso, alguns questionamentos se mostram relevantes, a saber, o voto destas mulheres iria convergir com ideais mais próximos aos liberais ou conservadores? Será que havia um interesse estratégico do Partido Conservador ao aceitar tal modificação eleitoral? Será que o Partido Liberal temia a entrada de mais pessoas conservadoras no processo político? Ou é possível que esta conquista tenha sido fruto apenas da árdua campanha sufragista dos anos precedentes ao Ato?

Nesse sentido, a autora Céli Pinto (2010, p.18) faz-se extremamente fundamental para o debate:

Uma das questões mais centrais quando o tema é a presença da mulher na arena pública de decisão, em geral, ou na política, em particular, é a seguinte: que mulheres queremos nos cenários políticos? Todas as mulheres, independente de classe, posição política, comprometimento com as questões de reconhecimento das minorias sem poder? Ou estamos lutando para elegermos nos parlamentos e nas posições-chave de poder, mulheres feministas que defendam as grandes causas do movimento?

À vista disso, muitos participantes de movimentos sociais consideram que se deve buscar a segunda opção, contudo Pinto (2010) elabora um argumento que leva em conta a

importância da perspectiva das mulheres nesses espaços públicos. Em outros termos, a probabilidade de que uma mulher, mesmo que não militante da causa, defenda os direitos femininos é maior quando comparada com um homem. Ademais, o papel representativo de ocupação e participação na esfera pública para outras mulheres também é muito relevante, pois incentiva a maior busca destas acerca da necessidade de seu envolvimento político e social em questões que lhes referem.

Assim, diante da exposição histórica feita previamente, é possível compreender a forte relação presente entre o movimento sufragista britânico e a ocorrência da I Guerra Mundial, sendo que esta foi catalisadora de diversas mudanças em relação àquele. Sob a perspectiva teórico-metodológica de Putnam (2010), percebe-se a importante influência do nível I, internacional, com seu cenário de guerra e tensões entre os Estados, no nível político nacional (nível II) do Reino Unido, que foi obrigado a modificar algumas estruturas econômicas e políticas internas como estratégia para vitória do conflito. Da mesma forma, a gestão da IGM e as tomadas de decisão a ela referentes foram, seguramente, influenciadas em certa medida pelas pressões políticas e sociais internas do país.

Por fim, com o intuito de assimilar mais profundamente a relação proposta no parágrafo anterior, faz-se necessário realizar um debate sobre as diferentes visões acerca do movimento sufragista e seu impacto na política interna e externa do Reino Unido para, enfim, desenvolver uma análise completa sobre o tema. Esta conjuntura será, portanto, abordada no próximo capítulo.

4 ENTRE ÊXITOS E LIMITES: O MOVIMENTO SUFRAGISTA E SEU IMPACTO NA POLÍTICA EXTERNA BRITÂNICA

Em linhas gerais, o movimento feminista e, mais especificamente, o sufragista, trazem como uma das principais características a pluralidade e diversidade em seus quadros, fato que, se por um lado simboliza a variedade de pensamentos e de classe social, por outro, contudo, representam um desafio à coesão, característica fundamental para atuação em determinados espaços políticos. Tal constatação pode ser encontrada na discussão formulada por Marc Calvini-Lefebvre, em sua obra *“The great war in the history of british feminism: Debates and controversies, 1914 to the present”*, de 2015.

Segundo Calvini-Lefebvre (2015), o movimento feminista, no Reino Unido, em relação a I Guerra Mundial, pode ser compreendido e debatido a partir de quatro pontos fundamentais: o voto, o fronte doméstico, a queda e Haia¹⁹. Existe a perspectiva de que, apesar do posterior declínio do movimento, a obtenção do voto foi um marco para a história do feminismo britânico e que, nas palavras de Millicent Fawcett, “a aceleração da revolução feminina foi uma das vitórias mais importantes e retumbantes da Grande Guerra”²⁰ (CALVINI-LEFEBVRE, 2015, p. 3), a qual foi proporcionada pela entrada das mulheres no mercado de trabalho nacional como mão de obra substituta à masculina e pela necessidade de estabilização da ordem política interna em face às ameaças externas. Divergindo desta perspectiva, o historiador britânico Richard Evans apresenta novas indagações sobre o movimento e o período histórico em questão.

De acordo com a abordagem de Evans, longe de favorecer a vitória do feminismo britânico, a IGM acelerou seu declínio ideológico e organizacional, o qual estava ocorrendo, segundo ele, desde a virada do século. Assim, são elencados alguns pontos para defender sua argumentação: i) com a Revolução Bolchevique (1917) na Rússia, a base social do movimento - classe média - tendeu para a vertente política da direita; ii) o grande número de mortes na guerra acentuou a crítica da diminuição da natalidade no país, associada ao aumento da independência feminina; e iii) sem o objetivo final do sufrágio como fator de convergência, houve a divisão do movimento, em que a grande maioria seguiu a direção tradicional do papel feminino estritamente doméstico e a minoria radical “perdeu suporte, tornou-se pacifista ou colapsou” (CALVINI-LEFEBVRE, 2015, p. 3).

¹⁹ No original: “*the vote, the home front, the fall and the Hague*”.

²⁰ No original: “*the speeding of the women’s revolution was one of the Great War’s most important and resounding victories*” (CALVINI-LEFEBVRE, 2015, p. 3).

Contudo, outras interpretações do paradigma pacifista e do modelo de ondas feministas abordam o lugar da IGM no movimento britânico de forma diferenciada. Conforme esta perspectiva, o modelo de ondas não abrange corretamente a amplitude, complexidade e diversidade do feminismo e o termo utilizado leva à compreensão de que houve um declínio abrupto do movimento em 1920, além de reduzir a história feminista em ascensões e quedas, desconsiderando a dinâmica de desenvolvimento orgânico do pensamento em si. Assim também, a chamada “primeira onda” é vista, de forma simplista, como uma doutrina estrita e abundantemente burguesa, que leva em conta apenas a questão do voto (CALVINI-LEFEBVRE, 2015).

Em outras palavras, considerando o desenvolvimento de diferentes correntes dentro do feminismo - liberal, radical e socialista -, aprofundou-se a compreensão da multiplicidade de “feminismos” dentro do movimento. E, nesse sentido, houve uma mudança da narrativa, em que uma nova análise, divergente daquela proposta por Richard Evans, merece destaque:

[...] Em vez disso, foi configurado como uma conjuntura crucial quando as ‘feministas’ dentro do movimento sufragista se separaram de seus aliados conservadores. A ênfase não estava mais no enfraquecimento inegável das estruturas organizacionais do movimento que a guerra acarretou, mas no esclarecimento ideológico que ela permitiu²¹ (CALVINI-LEFEBVRE, 2015, p. 6).

Assim, convergindo com Tickner (2001), passa-se a compreender os eventos históricos como parte subjetiva e coletiva da construção das identidades individuais e de grupos sociais, objetivando o esclarecimento dos significados de gênero e suas relações com as ações praticadas por homens e mulheres em determinada conjuntura de espaço e tempo. À vista disso, para além da visão dicotômica de vitória ou declínio do movimento sufragista no período da I Guerra Mundial, é possível considerar este evento histórico como um fator-chave para mudança do cenário cultural e social do Reino Unido, ressignificando conceitos tais como militarismo, pacifismo, patriotismo, dever e lealdade (CALVINI-LEFEBVRE, 2015).

Dito isso, é possível entender, sob a abordagem de Putnam (2010), que o nível I tem forte influência sobre o nível II. Em outros termos, o contexto internacional em questão, caracterizado por tensões diplomáticas e conflitos armados, bem como pelas consequências causadas por essa conjuntura, impactam nas possíveis negociações internacionais entre os Estados, participantes ou não das hostilidades. Assim, a tomada de decisão dos governos

²¹ No original: “It was now configured instead as a crucial juncture when the ‘feminists’ inside the suffrage movement separated from their conservative allies. The emphasis was no longer on the undeniable weakening of the movement’s organisational structures that the war entailed, but on the ideological clarification that it allowed” (CALVINI-LEFEBVRE, 2015, p. 6).

acerca da assinatura ou quebra de acordos e a definição das estratégias a serem adotadas, estão altamente relacionadas com o contexto e as necessidades externas do país.

Contudo, não se pode desprezar as pressões e coalizões internas (nível II) nas negociações e decisões da política externa (nível I), haja vista que a existência de apoio - ou sua falta - ao governo tem efeito sobre seu próprio desenvolvimento e, conseqüentemente, de suas ações. Conforme já abordado, segundo a perspectiva de Putnam (2010), a popularidade interna do negociador-chefe contribui para variações nos conjuntos de vitórias no nível I e, portanto, influencia no resultado do acordo e de sua ratificação.

Com vistas ao maior aprofundamento das questões referentes à influência do nível II sobre o nível I, que é um dos principais objetivos desta pesquisa, é fundamental abordar o trabalho realizado pela autora e historiadora britânica Jo Vellacott, que trata do entendimento da IGM como fator de transformação do pensamento sufragista britânico. De acordo com Vellacott (1987), a diversidade de papéis desempenhados pelas sufragistas foi, historicamente, distorcida ou negligenciada por historiadores homens, fato que tem sido corrigido nas últimas décadas por meio de estudos com caráter mais interseccional, que levam em conta a complexidade e multiplicidade do movimento social feminista.

Assim, faz-se necessário considerar a variedade de abordagens individuais do movimento sufragista formadas a partir da IGM, havendo convergências e divergências de posicionamento dentro e entre as diferentes organizações. Conforme foi discutido no capítulo anterior, algumas mulheres defendiam e outras discordavam a respeito do prosseguimento do conflito, havendo campanhas de mobilização popular pelo esforço de guerra e pela paz. Nesse sentido, é importante mencionar que o feminismo não é o único caminho possível para o pacifismo e esta relação não é necessariamente obrigatória (VELLACOTT, 1987).

A atividade militarista de algumas *suffragettes*, tais como Christabel e Emmeline Pankhurst, corrobora a perspectiva acima, haja vista o forte empenho das participantes da WSPU em promover o esforço de guerra como um ato patriótico e absolutamente necessário. À vista disso, é possível indicar que o apoio dado pelas *suffragettes* no intuito de convencer a participação masculina no conflito, em verdade, acaba por refletir uma das principais premissas de Putnam (2010), qual seja a interação entre o nível I e o nível II, uma vez que ao colaborar com o discurso patriótico com o objetivo de incentivar o alistamento (nível I), as *suffragettes* acabaram por impactar o Sistema Internacional (nível II), pois em maior ou menor intensidade, conseguiram aumentar o número do contingente britânico para o conflito (VELLACOTT, 1987).

Inclusive, com a eclosão da IGM, as mulheres que estavam encarceradas foram libertadas e, através da experiência e carisma adquiridos na campanha sufragista, além de auxiliarem no recrutamento de homens para as Forças Armadas do Reino Unido, fomentaram a produção industrial com vistas ao apoio da atividade militar. Assim, é possível afirmar que a lógica das *suffragettes* durante o período de guerra era consistente com seu pensamento pré-IGM: se o uso da força em protestos políticos sufragistas não somente é aceitável, como - segundo elas - eficaz, assim também o é na resolução de desavenças internacionais (VELLACOTT, 1987). Nas palavras de Vellacott (1987, p. 86),

Ao contrário das sufragistas antiguerra, as *suffragettes* não questionaram a alegação de que a base do poder político era legitimamente a força física e tentaram entrar no sistema político pelo uso da força. Por que então se opor ao seu uso para resolver disputas internacionais?²²

Ademais, é fundamental mencionar que o apoio das *suffragettes* ao Reino Unido, além de sua causa patriótica, era um mecanismo estratégico da própria luta sufragista. Isto é, elas buscavam demonstrar à população e aos parlamentares que eram fiéis à Nação e que tinham capacidade de lidar com uma situação séria e de alto risco, procurando entrar e ser aceitas no sistema político masculino sob os termos dos próprios homens, aproximando-se deles (VELLACOTT, 1987). Essa perspectiva está em consonância com o argumento de Céli Pinto (2010, p. 21) quando esta afirma que “o espaço político, por ser o mais masculino dos espaços, é onde a mulher mais aparece como mulher e mais necessita ser menos mulher para ser candidata e ser eleita”.

Considerando a atuação ativa de algumas membras da WSPU na campanha militarista de seu país, é possível inferir que o grupo teve, de certa forma, impacto sobre a formulação das políticas internas e externas do Reino Unido. Isto é, uma parcela da população feminina britânica, ou seja, da União, era a favor da guerra ou, possivelmente, pode-se dizer que não possuíam opinião favorável ao conflito em si, mas uma vez que este foi iniciado, procuraram auxiliar na vitória de seu país. Assim, é possível considerar que Emmeline Pankhurst e outras que compartilhavam de sua visão contribuíram para a manutenção da máquina pública durante o período de guerra e para a própria guerra (nível I), uma vez que realizaram uma importante campanha no nível II em prol do alistamento militar e, também, no setor industrial britânico, a fim de que a indústria se empenhasse na produção de bens essenciais à esfera

²² No original: “Unlike the anti-war suffragists, the suffragettes had not questioned the claim that the basis of political power was legitimately physical force, and they had tried to gain entry to the political system by the use of force. Why then object to its use to settle international disputes?” (VELLACOTT, 1987, p. 86).

militar, como itens bélicos. O objetivo era, portanto, fornecer os armamentos e as munições necessárias ao combate no campo de batalha (VELLACOTT, 1987).

Dessa forma, com uma parte da população feminina apoiando o esforço de guerra e, possivelmente, representando ainda os interesses de outras pessoas, o governo do Reino Unido, tendo seu processo institucional em operação devido às campanhas realizadas e consequente apoio popular parcial interno, tinha plenas condições de tomar decisões que mantivessem seu Estado na guerra, pois o fluxo de pessoas e de produtos ao fronte era contínuo e regular. Considerando o alto número de fatalidades decorrentes da IGM, bem como a grande quantidade de produtos bélicos utilizados, esta questão se mostra extremamente relevante para a compreensão dos mecanismos de manutenção do conflito (VELLACOTT, 1987). A partir do momento em que há apoio interno à guerra, portanto, esse fator influenciará para que os tomadores de decisão britânicos optem por continuar mantendo-a e tomando decisões militaristas em sua política externa.

Por outro lado, a diversidade do movimento sufragista mencionada em momentos anteriores acaba por trazer uma característica paradoxal, pois enquanto a heterogeneidade de suas participantes representa a riqueza e pluralidade do movimento, em contrapartida tal característica acaba por ser desafiadora no intuito de promover a coesão necessária para o êxito em determinadas pautas. O reflexo disso pode ser encontrado nas variadas discordâncias dentro do grupo em relação à IGM e aos conflitos armados de maneira geral.

Dessa forma, não se pode - e nem se deve - considerar que todas as mulheres são militaristas, tampouco que todas são pacifistas, haja vista a complexidade de variantes e particularidades de cada pessoa pertencente ao movimento. Nesse sentido, cabe destacar que o evento da Grande Guerra serviu como um catalisador para reafirmar posições previamente estabelecidas, bem como para redefini-las. Algumas mulheres eram militaristas e continuaram sendo, outras deslocaram-se do militarismo para o pacifismo e outras, ainda, mantiveram o uso de métodos não militantes e pacíficos (VELLACOTT, 1987).

Referente à mudança de posicionamentos, pode-se citar como exemplo as seguintes figuras: Emmeline Pethick Lawrence, Charlotte Despard - líder da WFL -, Helen Crawfurd e Sylvia Pankhurst - sendo que esta última aproximou-se do feminismo socialista, protegendo os direitos e o bem-estar das mulheres do Leste de Londres. Citada na obra de Vellacott, Naomi Black sugere que “o compromisso com a paz está mais relacionado com o

compromisso pré-guerra com a tomada de decisões democrática do que com o uso de métodos não militantes”²³ (VELLACOTT, 1987, p. 87).

Distanciando-se da lógica socialista de Sylvia Pankhurst, porém ainda dentro do debate de modificação de posicionamentos, é importante considerar o papel de Millicent Fawcett durante o período da IGM no Reino Unido. Fawcett, líder da NUWSS e, portanto, defensora da utilização de métodos não militantes e legalmente permitidos, caracteriza-se por combinar determinação e moderação, sendo também da base teórica liberal clássica. Assim, Fawcett tinha uma visão da mulher essencialmente diferente do homem, sendo esta uma perspectiva que mostrou-se tradicional acerca do papel apropriado da mulher na sociedade e, logo, no período da guerra (VELLACOTT, 1987).

Em relação à perspectiva de Fawcett sobre o liberalismo, além de rejeitar a interferência do Estado, ela, juntamente com grande parte dos apoiadores do Partido Liberal, acreditava na capacidade e sabedoria da maioria Liberal do governo britânico que havia entrado para a guerra. De acordo com esta linha de pensamento sufragista, o bom e leal comportamento feminino durante o período do conflito poderia adiantar a admissão das mulheres no sistema político - o fato de isso ocorrer nos termos dos homens não estava aparente para Fawcett (VELLACOTT, 1987).

Com isso, pode-se julgar, à primeira vista, que a mudança de Millicent Fawcett ocorreu de forma a distanciar-se da defesa de atos não militantes para o apoio ao governo na atividade mais militarista de todas: a guerra. No entanto, conforme foi abordado por Naomi Black na obra de Vellacott (1987), essa diferença não está exatamente relacionada ao tema do militarismo propriamente dito e, sim, ao comprometimento com a tomada de decisão democrática, sendo que esta compreensão apenas reitera a importância do patriotismo e da lealdade liberal para Fawcett e confirma seu posicionamento prévio à IGM.

Além das sufragistas que apoiavam a guerra, cada uma com suas próprias motivações e concepções, outro símbolo dessa heterogeneidade do movimento diz respeito àquela parcela de feministas que se opuseram fortemente ao confronto, pois acreditavam que uma mudança radical era essencial e estava por vir; a maneira como isso iria ocorrer dependeria do modo como o governo Liberal escolheria lidar com a causa feminista: seja pacífica, seja violentamente. Nesse sentido, essa abordagem sufragista tinha como objetivo não somente entrar no sistema político definido por homens, como também buscava a oportunidade de redefini-lo - além de redefinir a própria sociedade (VELLACOTT, 1987).

²³ No original: “Commitment to peace correlates more closely with pre-war commitment to democratic decision-making than it does with the use of non-militant methods” (VELLACOTT, 1987, p. 87).

“Entre as líderes sufragistas não militantes, havia algumas que já tinham uma posição pacifista definida; mas a guerra forneceu um catalisador que uniu feminismo, antimilitarismo e, talvez de forma mais tênue, socialismo, em uma teoria muito mais unida e coerente”²⁴ (VELLACOTT, 1987, p. 86). Em outras palavras, essa união foi composta por mulheres de diferentes origens e classes sociais, mas que tinham em comum o desejo de reestruturar radicalmente a ordem política machista vigente (VELLACOTT, 1987).

As oportunidades proporcionadas pela IGM - no que concerne ao nível I defendido por Putnam (2010) - para que as mulheres saíssem do espectro tradicional de trabalho ofuscou o fato de que o próprio evento atenuou, mais que nunca, o papel subserviente de suporte feminino, como a maternidade, prover cuidado aos soldados e feridos e encarregar-se - temporariamente - das atividades que não poderiam ser feitas pelos homens no nível II. Tendo isso em conta, diferentemente da concepção de que as mulheres pacifistas não lutavam pelos direitos feministas ou que eram demasiadamente moderadas, elas acreditavam que, ao contrário de sua atuação tradicional, deveriam utilizar suas habilidades para o desenvolvimento de alternativas pacíficas para resolução de conflitos (VELLACOTT, 1987).

Por essa razão, de acordo com esta corrente do feminismo, havia uma conexão intrínseca entre o sufrágio feminino e a oposição ao militarismo, haja vista que, para elas, em uma sociedade militarista, as mulheres nunca teriam um lugar de igualdade e, em uma sociedade na qual as mulheres fossem totalmente ouvidas, o militarismo nunca prevaleceria. Dessa forma, todo grupo sufragista deveria ser pacifista e realizar a propaganda pacifista junto da sufragista (SWANWICK *apud* VELLACOTT, 1987).

De acordo com Vellacott (1987), Catherine Marshall, importante expoente da luta sufragista na época e integrante da NUWSS, afirma - confluindo com a lógica de entrelaçamento político transnacional de Putnam (2010) - que o futuro das mulheres na política depende do futuro pós-IGM, ou seja, se esta resultará no descrédito do militarismo ou se levará às Nações a se militarizar ainda mais - hoje, considerando os episódios da II Guerra Mundial, da Guerra Fria e de tantos outros conflitos, sabe-se a resposta.

Outra maneira pela qual a experiência das mulheres se ajusta de maneira peculiar para ajudar os homens na reorganização das relações internacionais... Os esforços dos homens para 'preservar a paz' (como se você pudesse preservar o que não existe!) têm sido direcionados principalmente para preservar o *status quo*, para reprimir qualquer força que ameaçasse perturbar a ordem existente. Bem, isso está muito bem para aqueles que têm tudo o que desejam sob a ordem existente - para o

²⁴ No original: “Among non-militant suffrage leaders there were some who already had a defined pacifist position; but the war provided a catalyst welding together feminism, anti-militarism, and, perhaps more tenuously, socialism, in a far more closely-knit and coherent theory” (VELLACOTT, 1987, p. 86).

Império Britânico, para o capitalista, para o partido no poder. Mas e aqueles que não estão satisfeitos com as coisas como elas estão? Certamente o negócio daqueles que desejam uma verdadeira paz é encontrar algum meio, diferente da guerra, pelo qual a ordem existente possa ser alterada para atender às necessidades legítimas e às mudanças nas condições?²⁵ (MARSHALL *apud* VELLACOTT, 1987, p. 89-90).

Isto posto, apesar desta perspectiva feminista considerar as qualidades maternas e cuidadosas das mulheres como naturais e intrínsecas à todas e como fator argumentativo para a campanha sufragista e pacifista, muitas julgavam que isso era insuficiente. Era necessário, assim, que as mulheres estudassem questões pertinentes para a conquista de seu espaço público e, logo, privado, tais como economia, política externa, relações internacionais e defesa (VELLACOTT, 1987). É importante lembrar que, nesta época, defender a atuação feminina em áreas além daquela considerada tradicional e adequada era visto como um comportamento radical e, muitas vezes, antipatriótico. Isto é, naquele momento, a relação entre feminismo e pacifismo era uma perspectiva altamente desafiadora à ordem que estava em vigor, tanto no nível I quanto no nível II.

Portanto, há características em comum entre o movimento pacifista feminino e a abordagem feminista de Tickner (2001), haja vista que ambos consideram o feminismo como meio para a quebra dos padrões da construção hegemônica masculina e inserção de atores antes marginalizados no centro das discussões e processos de tomada de decisão. Apesar das discordâncias acerca da associação entre qualidades maternas e pacíficas às mulheres, é possível afirmar que feministas pacifistas e contemporâneas consideram essencial a entrada das mulheres na arena pública e, cada perspectiva ao seu modo, convergem ao demonstrar a força e capacidade feminina para tomar seu espaço nas dinâmicas políticas.

Com Marshall como uma de suas líderes, as sufragistas pacifistas aproximaram-se do Partido Trabalhista e de outros grupos com tendência ao socialismo, especialmente às correntes mais utópicas ou favoráveis ao sindicalismo. Neste aspecto, cabe ressaltar que nem todos os partidários trabalhistas ou socialistas se opunham à guerra, e tampouco que todos tinham seus interesses unidos aos feministas. Todavia, o Partido Trabalhista Independente - *Independent Labour Party* - declarou publicamente sua oposição à guerra e seu jornal, *Líder*

²⁵ No original: “Another way in which women's experience fits them peculiarly to help men in the reorganization of international relations... Men's efforts to 'preserve peace' (as if you could preserve that which is not there!) have been directed mainly to preserving the status quo, to repressing any force that threatened to disturb the existing order. Now that is all very well for those who have all they want under the existing order - for the British Empire, for the capitalist, for the party in power. But what about those who are not satisfied with things as they are? Surely the business of those who desire a real living peace is to find some means other than war by which the existing order can be changed to meet legitimate needs and changing conditions?” (MARSHALL *apud* VELLACOTT, 1987, p. 89-90).

do Trabalho - *Labour Leader*, publicava matérias antiguerra, pró-negociação e antirrecrutamento (VELLACOTT, 1987).

Em relação à oposição à guerra, existiam diferentes sentimentos e percepções por parte dos grupos socialistas, sendo que a visão mais tradicional consistia na ideia de que os trabalhadores deveriam se recusar a lutar em uma guerra capitalista - não necessariamente que deveriam se recusar a lutar em guerras em geral. Para muitos, esta doutrina política estava relacionada a uma profunda crença de irmandade entre homens - expressão que ainda não era considerada como excludente às mulheres -, principalmente para os integrantes da *No-Conscription Fellowship* (NCF) - Associação de Não Recrutamento (VELLACOTT, 1987).

A NCF, estabelecida em 1914, era uma associação de jovens homens em idade militar que se recusaram a lutar na guerra se fosse implementado o recrutamento, ou seja, o alistamento obrigatório nas Forças Armadas nacionais do Reino Unido. A liderança do grupo era composta por socialistas idealistas e Quakers²⁶, por homens e mulheres, em que é necessário destacar algumas figuras femininas. Lilla Brockway foi a responsável pela iniciativa e quem a sugeriu para Fenner Brockway, seu marido, editor do jornal *Labour Leader* e um dos fundadores da NCF. Nos primeiros anos da organização, Lilla atuou em funções administrativas e de secretaria. Além dela, Catherine Marshall, que tinha experiência pública e política de sua atuação na NUWSS, executou papel de liderança na organização (VELLACOTT, 1987; WCML, 2021).

Inicialmente, a possibilidade de que o recrutamento obrigatório fosse declarado era remota, haja vista a inexistência de normas similares até o momento e o alto número de voluntários no serviço armado no primeiro ano de guerra - mais de três milhões. Desde o princípio da guerra, alguns homens já haviam se negado a participar do conflito por variados motivos e, tendo isso em conta, haviam escolhido associar-se à NCF. Todavia, com a publicação do Ato de Serviço Militar - *Military Service Act*²⁷, de 1916, a oposição à guerra e ao recrutamento se intensificou. Assim, devido ao Ato e percebendo que a guerra não estava próxima de seu fim, havendo ainda alto índice de fatalidades, a *No-Conscription Fellowship*

²⁶ A Sociedade Religiosa de Amigos - *Religious Society of Friends*, ou Movimento Quaker - *Quaker Movement*, é um grupo religioso cristão fundado na Inglaterra, no século XVII, por George Fox. Sua principal crença consiste na existência da presença de Deus em cada pessoa; além disso, rejeitam cerimônias religiosas elaboradas, não possuem clero oficial e acreditam na igualdade espiritual entre homens e mulheres. Assim, através da prática do pacifismo, foram atores fundamentais nos movimentos abolicionista e de direitos das mulheres (HISTORY, 2017).

²⁷ O Ato, de março de 1916, previa que todos os homens britânicos solteiros com idade entre 18 e 41 anos deveriam se alistar para as Forças Armadas, com exceção da Irlanda e de alguns casos específicos. Posteriormente, em junho, a obrigatoriedade se estendeu também aos homens casados (WCML, 2021).

creceu em número de participantes - já no seu primeiro ano de formação eram 300 membros - e em força política de resistência ao conflito (VELLACOTT, 1977; WCML, 2021).

Nesse sentido, apesar de nem sempre possuir destaque nas narrativas referentes ao grupo, Catherine Marshall teve papel fundamental na organização da NCF, especialmente conforme alguns membros foram sendo presos, pois ela foi assumindo as funções necessárias para manter a contínua campanha de pressão ao governo sobre o alistamento e o fim da guerra. Marshall trabalhou ao lado de Clifford Allen, James Middleton, H. N. Brailsford e Bertrand Russell. Com os últimos três, Marshall estabeleceu o Comitê Político dos Associados - *Political Committee of Associates*, o qual reuniu uma grande quantidade de informações e consolidou uma rede de propaganda pela qual foi possível divulgar a causa para o povo e para seus objetores e, certamente, obter forte publicidade em um curto espaço de tempo (VELLACOTT, 1977).

Marshall e os outros líderes da *No-Conscription Fellowship* pensaram que o testemunho dos objetores de consciência seria o catalisador para desencadear as forças da opinião pública e provocar a revolução social em que acreditavam. Mas quando 1916 chegou ao fim, as perspectivas eram sombrias e essa fé era difícil de sustentar²⁸ (VELLACOTT, 1977, p. 422).

Considerando a importante atuação de Marshall - como sufragista e ativista política - e de outras mulheres na NCF, é possível considerar a campanha de não recrutamento como parte do trabalho sufragista. Segundo Vellacott (1977, p. 423), “para Marshall, nenhum de seus trabalhos durante a guerra foi, em princípio, uma digressão de seu trabalho pelo sufrágio feminino”²⁹ e, partindo desse preceito, pode-se inferir que houve certa influência da NCF sobre as decisões políticas do governo britânico nos níveis I e II em relação ao cenário conflituoso em questão. As constantes prisões e punições aos líderes do grupo demonstram que suas ações eram percebidas pelo governo como inconvenientes e merecedoras de esforços para reprimi-las (VELLACOTT, 1977).

No sentido oposto ao esforço de guerra de Emmeline Pankhurst, Marshall e a NCF, por meio da circulação de suas publicações oposicionistas, greves de trabalho e não alistamento (VELLACOTT, 1977), dificultaram o empenho militarista britânico e favoreceram o desenvolvimento de uma consciência antimilitarista e antiguerra em parte da

²⁸ No original: “Marshall and the other leaders of the *No-Conscription Fellowship* had thought the witness of the conscientious objectors would provide the catalyst to unleash forces of public opinion and bring about the social revolution in which they believed. But as 1916 came to an end, the outlook was gloomy and such faith was hard to sustain” (VELLACOTT, 1977, p. 422).

²⁹ No original: “To Marshall, none of her work during the war had been a digression in principle from her work for women’s suffrage” (VELLACOTT, 1977, p. 423).

população, ademais de possivelmente diminuir o tão relevante fluxo de militares ao fronte da batalha. Dito isso, é possível indicar que a *No-Conscription Fellowship*, atuando como agente ativo na política doméstica - no nível II, conforme os conceitos de Putnam (2010) - foi uma importante figura na campanha pacifista e na tomada de consciência do governo britânico da diminuição de seu apoio popular referente à sua permanência na IGM (nível I), aspecto fundamental para todo Estado em situação de conflito.

Em 1917, com o bloqueio naval, as trincheiras sem grandes avanços no fronte, a escassez de alimentos e o alto número de mortes, as esperanças dos pacifistas por negociações de paz se desgastaram. Assim, a *No-Conscription Fellowship* continuou realizando seus trabalhos, porém com menos intensidade, haja vista que a maior parte de seus líderes estava encarcerada, recuperando-se do encarceramento e das punições ou havia renunciado ao seu papel na Associação (VELLACOTT, 1977). Nesse meio tempo, apesar de mais silencioso ou com outro foco, o trabalho sufragista não parou, especialmente considerando a atenuação das desigualdades de gênero causadas pela I Guerra Mundial. As mulheres perceberam, assim, que a conexão entre militarismo e subordinação feminina deveria ser compreendida e tratada.

Em comum com os outros oponentes da guerra, elas também viram a inadequação das estruturas internacionais e da diplomacia pré-guerra, e a necessidade de se esforçarem para encontrar novos caminhos e para educação em direção a novas atitudes. Tudo, é claro, foi firmado com a mensagem sufragista de que as mulheres devem ser colocadas em posição de ajudar a implementar as novas abordagens, mas entre esse grupo de mulheres não havia mais a sensação de que apenas o voto seria suficiente; a mudança deveria ser profunda³⁰ (VELLACOTT, 1987, p. 93).

Assim, a oposição à guerra, bem como o trabalho em alternativas, não eram vistos como um afastamento da causa sufragista, mas sim, central à ela. Por essa razão, Marshall e algumas outras mulheres esperavam que a NUWSS adotasse a educação pela paz como um grande projeto próprio para o período de guerra. Contudo, considerando as características mencionadas de Millicent Fawcett, a proposta não avançou. Além de Fawcett, algumas outras mulheres da União Nacional também não eram favoráveis ao projeto, pois esta atitude poderia ser vista como desleal a sua Pátria e a seus familiares que estavam servindo como militares na guerra (VELLACOTT, 1987).

³⁰ No original: “*In common with the other opponents of war, they also saw the inadequacy of prewar international structures and diplomacy, and the need to put effort into finding new ways and into education towards new attitudes. All, of course, was underlaid with the suffrage message that women must be put in a position to help implement the new approaches, but among this group of women there was no longer any sense that the women's vote alone would be enough; the change must go deep*” (VELLACOTT, 1987, p. 93).

Dessa forma, iniciou-se certa separação na NUWSS, sobre a qual é importante destacar, além de Marshall, Swanwick, Isabella Ford e Kathleen Courtney, como atuantes mais radicais do grupo - ou consideradas dessa maneira pelas outras. Elas consideravam clara a relação entre guerra e sociedades dominadas por homens e acreditavam que as mulheres exerceriam relevante papel em tornar a IGM um momento decisivo para as relações internacionais e para as relações interpessoais em si (VELLACOTT, 1987).

Isto posto, com a negativa do desenvolvimento do projeto de educação pela paz pela NUWSS - e algumas outras questões divergentes -, Marshall e Courtney renunciaram seus cargos no Executivo da União Nacional e voltaram-se ao trabalho feminino de paz internacional. Marshall, então, decidiu ir para Holanda, onde deu continuidade ao seu trabalho feminista auxiliando na organização da conferência de mulheres pela paz que ocorreria dentro de dois meses, em abril de 1915. O Congresso Internacional das Mulheres pela Paz, em Haia, teria fortes laços com os movimentos sufragistas prévios à IGM (VELLACOTT, 1987).

O Congresso Internacional das Mulheres - *International Women's Congress* - é conhecido também como Conferência Internacional das Mulheres pela Paz de Haia - *The Hague International Women's Peace Conference*, Congresso Internacional das Mulheres - *International Women's Congress*, ou Congresso de Haia - *The Hague Congress* (TRAN, 2021). O evento foi fundamental para a organização pacifista da época e tem importantes efeitos para compreensão da política internacional durante e após a I Guerra Mundial (VELLACOTT, 1987), sendo necessária, portanto, sua breve contextualização.

Em momentos prévios à I Guerra Mundial, o executivo da Aliança Internacional do Sufrágio Feminino - *International Women's Suffrage Alliance* - se reuniu para planejar sua próxima conferência prevista, a qual acabou sendo cancelada com o advento do conflito. Todavia, muitas mulheres em diferentes países ansiavam pela realização da conferência, especialmente para discutir a temática da paz. O evento foi, dessa forma, convocado pela sufragista holandesa Doutora Aletta Jacobs e presidido por Jane Addams, ativista estadunidense pela paz, cofundadora da *Hull House*³¹ em Chicago e ganhadora do Prêmio Nobel da Paz em 1931. As respostas oficiais das sociedades nacionais sufragistas foram muito diferentes do esperado, haja vista que muitas recusaram-se a participar da conferência em razão de seu suporte e patriotismo à sua Nação, do medo de haver confronto ou simplesmente

³¹ A *Hull House*, em Chicago, foi estabelecida por Jane Addams e Ellen Gates Starr, em setembro de 1889, sendo a primeira casa de assentamento dos Estados Unidos, onde pessoas de baixa renda e trabalhadores podiam residir, haja vista a falta de moradias e as condições de saneamento precárias da região naquela época (JOHNSON, 2005).

por não ser prático. A NUWSS, sob a liderança de Fawcett, é um exemplo de recusa a partir da justificativa patriótica (TRAN, 2021; VELLACOTT, 1977; 1987).

Contudo, o Congresso teve extenso apoio dos indivíduos e, no caso do Reino Unido, isso incluiu o apoio de importantes lideranças sufragistas, as quais renunciaram aos seus cargos na NUWSS quando Fawcett se mostrou inflexível ao assunto. Dito isso, 180 mulheres britânicas tinham o desejo de participar da conferência, porém a grande maioria foi impedida de sair do país por medidas governamentais, assim como ocorreu com mulheres de outras nacionalidades. Deste modo, somente três britânicas, que já se encontravam no exterior, puderam comparecer - Marshall não estava entre elas (VELLACOTT, 1977; 1987). Algumas outras nacionalidades que estavam presentes, de acordo com o próprio documento de Resolução do Congresso, são: alemã, estadunidense, austríaca, belga, dinamarquesa, canadense, irlandesa, húngara, holandesa, italiana, norueguesa e sueca (INTERNATIONAL CONGRESS OF WOMEN, 1915). As russas foram impedidas de ir e as francesas se recusaram a participar (VELLACOTT, 1977; 1987).

É possível perceber a grande diversidade de origens presentes no evento e a elevada participação individual, pois o Congresso iniciou com 1.400 pessoas e finalizou com 2.400. Entretanto, é importante mencionar que o evento não pretendia representar todo o espectro de opiniões, haja vista que, para tal, seria necessário também o comparecimento de sufragistas pró-guerra e, assim, o debate já não seria mais possível. Embora todas buscassem a paz, estavam presentes pessoas de Nações beligerantes, havendo a possibilidade de desavenças e conflitos entre elas, porém, devido à organização e aos preceitos do escopo da conferência, isso não ocorreu (VELLACOTT, 1977).

Ao final do Congresso, foi apresentada uma Resolução com variados pontos que as congressistas consideravam relevantes e que deveriam ser levados em conta em situações conflituosas no futuro (TRAN, 2021). Em outros termos, sob a ótica de Putnam (2010), novos atores não estatais de caráter doméstico foram capazes de realizar uma negociação no nível internacional, propondo um documento oficial para pautar as ações de política externa dos Estados. Dentre estes pontos, pode-se citar:

- I. foram definidos os termos da paz;
- II. foi expressa a opinião de que a guerra diminui o progresso;
- III. foi exigido que, em próximos conflitos, as potências os resolvam antes de se tornarem violentos;

- IV. foi solicitada maior democratização da política externa e que, para concessão de territórios, haja permissão dos cidadãos locais;
- V. foi destacada a responsabilidade das mulheres em trabalharem conjuntamente para prevenir novas guerras;
- VI. considerando os sofrimentos acometidos especificamente às mulheres em tempos de guerra, foi argumentado que elas necessitam ser devidamente representadas e incluídas nas decisões relacionadas à guerra e na política em geral;
- VII. foi mencionada a importância das Nações serem mais cordiais umas com as outras; e
- VIII. foi solicitado que as crianças sejam educadas para a paz.

Posteriormente, a Resolução foi apresentada pelas delegadas aos seus respectivos chefes de Estado. Além disso, o Congresso Internacional das Mulheres também estabeleceu o Comitê Internacional de Mulheres pela Paz Permanente - *International Committee of Women for Permanent Peace* (ICWPP), renomeado, em 1919, como Liga Internacional Feminina pela Paz e Liberdade - *Women's International League for Peace and Freedom* (WILPF), que promove, até a atualidade, um ativo trabalho pacifista e feminista (TRAN, 2021).

O Congresso de Haia expressou em palavras e ações a mensagem que considero ser a principal das sufragistas mais radicais, a saber, que as mulheres exigiam ser ouvidas e ter participação no poder político, não como meras aprendizes do sistema masculino, mas buscando uma oportunidade de trazer um novo conjunto de valores para as áreas mais importantes. Elas não estavam mais procurando uma chance de apenas participar das tarefas domésticas do país (serviços sociais, habitação, educação, saúde pública, cuidado infantil). Embora fossem importantes, onde elas viram a necessidade mais urgente das habilidades das mulheres foi em assuntos internacionais e resolução de conflitos. Eles não estavam abandonando o papel tradicional de cuidar e nutrir, mas reivindicaram o direito de assumir esse papel em esferas que eram o último bastião da supremacia masculina³² (VELLACOTT, 1987, p. 94).

O Congresso impactou consideravelmente o movimento pacifista britânico e a política internacional de forma geral, haja vista que durante o período da guerra, quando a tarefa de

³² No original: “*The Hague Congress expressed in words and action the message that I think to be the central one of the more radical suffragists, namely, that women were demanding to be heard and given a share in political power, not as mere apprentices to the male system, but seeking an opportunity to bring a new set of values to bear in the most important areas. They were no longer looking for a chance only to share in the nation's housekeeping chores (social services, housing, education, public health, child care). Although these were important, where they saw the most urgent need for women's skills was in international affairs and conflict resolution. They were not abandoning the traditional role of caring and nurturing, but they were claiming the right to take this role into spheres which were the ultimate bastion of male supremacy*” (VELLACOTT, 1987, p. 94).

lutar pela paz não era fácil, a Liga Internacional Feminina deu suporte às atividades que poderiam preparar o cenário para o fim das hostilidades e para o desenvolvimento de uma nova ordem internacional. Por meio de suas propostas concretas e bem definidas, uma das sugestões era a mediação do conflito por uma conferência de Nações neutras (VELLACOTT, 1977). Contudo, tendo em conta as engrenagens que levaram ao estopim da I Guerra Mundial, com suas alianças e contra-alianças, sabe-se, hoje, a partir de uma perspectiva contemporânea, que os interesses políticos e geoestratégicos das partes combatentes não permitiriam o fim do conflito sem a divisão clara entre vitoriosos e perdedores (SARAIVA, 2008).

Em termos práticos, as propostas do Congresso, apesar de bem formuladas e de terem logrado chegar aos altos níveis de poder decisório dos respectivos países das delegadas, não foram executadas. Ainda que as pautas anteriormente apresentadas refletissem a preocupação do movimento com relação ao conflito e, simultaneamente, à proposta destas para pôr fim à IGM (nível I), o que se viu, no âmbito interno dos seus respectivos Estados (nível II), foi a contínua marginalização do movimento. No entanto, tampouco é possível considerar o evento como uma falha total, pois muitas pessoas, homens e mulheres, estavam preparados para ouvir e aderir ao movimento sufragista pacifista (VELLACOTT, 1987).

Discutindo sobre isso, Bertrand Russell ficou impressionado com a capacidade das mulheres da conferência em transcender suas barreiras nacionais, bem como com sua profunda preocupação pelas questões humanitárias da guerra, fato que o influenciou na implantação da *No-Conscription Fellowship*, mencionada anteriormente. Além de Russell, é possível citar o trabalho de C. K. Ogden, editor da Revista de Cambridge, *Cambridge Magazine*, junto de Mary Sargent Florence e outros, que publicaram uma série de artigos sobre o assunto que seriam compilados sob o título de “Militarismo vs. feminismo” – “*Militarism vs. feminism*”. Ainda, na disseminação e internacionalização da campanha feminista, trabalharam figuras como Mary Sheepshanks, Helena Swanwick e Selina Cooper (VELLACOTT, 1977; 1987).

Com o fim da IGM e após sua experiência na NUWSS, na NCF, no Congresso Internacional das Mulheres de Haia e em vários organismos adicionais, Catherine Marshall, assim como outras mulheres, apesar de exausta, continuou trabalhando por seus objetivos. Assim, seguiu apoiando o Partido Trabalhista, não como se fosse o grande marco do século e, sim, como o começo de uma longa jornada para chegar à equidade de oportunidades para as mulheres e à justiça social para os trabalhadores. Nesse sentido, dando continuidade aos seus esforços, Marshall auxiliou na organização da Liga Internacional Feminina pela Paz e Liberdade (WILPF) - a qual, segundo Vellacott, foi a maior conquista do período de guerra

das feministas pacifistas - e participou do Congresso Internacional das Mulheres em Zurique, em 1919 (VELLACOTT, 1987).

Além disso, Marshall representou a WILPF nos primeiros momentos da Liga das Nações e, em 1920, ao estudar as regras de procedimento para a primeira Assembleia da instituição, percebeu pioneiramente que estas eram antidemocráticas e trabalhou para que fossem alteradas. Foi representante da Liga no período de 1920 a 1921, na Comissão Internacional criada pela Cruz Vermelha em Genebra, para combater a fome na Rússia. Entre 1923 e 1924, ela foi a emissária da WILPF aos chefes de Estado da França e da Alemanha na época da invasão francesa do Ruhr, onde visitou trabalhadores da resistência não violenta. Ainda, Marshall manteve-se comprometida com o Partido Trabalhista, mas recusou-se a ser deputada quando solicitada. Na década de 1930, ela auxiliou na situação de refugiados judeus alemães e austríacos (THE MEN WHO SAID NO, [2021]).

Por meio da biografia de Catherine Marshall, seu trabalho de sufragista, feminista e pacifista fica evidente, bem como a profunda relação dos movimentos sociais de busca de direitos femininos - junto a outros - com a política nacional e internacional do contexto da I Guerra Mundial. Conforme já abordado, a campanha feminista internacional do período está intrinsecamente ligada às campanhas sufragistas nacionais, as quais, apesar de divididas, buscaram a obtenção do direito ao voto feminino da maneira que consideravam mais adequada. A corrente sufragista que adotou o pensamento pacifista orientou seus esforços para atividades de protesto contra as decisões dos governos, lutando pelo fim das hostilidades e de suas consequências. Com o sufrágio, muitas conseguiram expressar seus objetivos e seu devido lugar na esfera pública de forma mais confiante e efetiva (VELLACOTT, 1987).

Partindo de uma base teórica feminista que possui críticas atualmente, as pacifistas acreditavam na tendência natural feminina aos cuidados maternos e, portanto, nas suas qualidades especiais para resolução de problemas nacionais e internacionais. Seja por este ou outro argumento, tais mulheres foram capazes de demonstrar, na prática, sua capacidade de negociação e solução de disputas. Embora normalmente atreladas a estereótipos machistas sobre sentimentalismo feminino (TICKNER, 2001), as conferencistas do Congresso de Zurique mantiveram sua determinação ao longo de todo o evento a fim de chegar em um resultado concreto em direção à paz duradoura. É importante notar que isso foi possível mesmo com participantes de Nações que foram, durante quatro anos, inimigas e, também, mesmo com a maioria delas tendo passado por sérias dificuldades durante a guerra, como fome, perda de entes próximos, desemprego, violência etc. (VELLACOTT, 1987).

O Congresso de Zurique, de acordo com Vellacott (1987), é um exemplo da capacidade de inteligência, conhecimento e criatividade das pacifistas feministas internacionais, as quais obtiveram sucesso na divulgação e melhoria das condições sociais gerais. Suas conquistas em relação à área de pesquisa e propostas práticas são memoráveis e elas mantiveram firme sua comunicação sobre questões internacionais diversas, especialmente acerca da necessidade de revisão do Tratado de Versalhes. Elas perceberam, desde sua assinatura, que os termos impostos pelo Tratado eram extremos e poderiam causar tensões futuras. Com a ascensão do nazifascismo, a WILPF, assim como outros grupos pacifistas, encontrou dificuldades em lidar e responder de forma apropriada ao regime que estava sendo instaurado. Todavia, cabe o questionamento se a culpa reside nas ações ou inações dos grupos feministas ou naqueles que não ouviram quando tiveram a chance.

No entanto, temos que abordar a questão de por que elas falharam totalmente em influenciar o curso dos eventos, em interromper a marcha em direção a Hitler e 1939 [início da II Guerra Mundial], que elas viram tão claramente desde aquele dia em 1919, quando leram com choque e horror os termos do Tratado de Versalhes imposto. O voto foi uma vitória de Pirro pelo fato de, ironicamente, as mulheres terem de fato sido aceitas no sistema político em termos masculinos - na prática, sob a condição de conformidade? Então essas mulheres, sem dúvida as mais hábeis e internacionalmente versadas de seu tempo, que entendiam o sistema tão bem, mas não podiam aceitar seus valores, foram para sempre ignoradas, não importando quão importante seja sua mensagem? Teria sido diferente se as pacifistas feministas tivessem sido capazes de levar consigo a maioria das sufragistas durante a guerra?³³ (VELLACOTT, 1987, p. 96-97).

Convergindo com alguns pontos de Vellacott, não se pode considerar a campanha feminista pacifista inteira como uma falha. Primeiramente, considerando que esta advém do movimento sufragista, a conquista do voto, no Reino Unido, em 1918, foi certamente um importante passo na jornada da equidade feminina, a qual foi uma forma de inserção da voz das mulheres na arena política - ainda que não totalmente -, sendo estendida a realmente todas as mulheres com maioridade legal em 1928. O contínuo trabalho sufragista, dentro do movimento feminista pacifista, é perceptível por meio da dedicação de mulheres como Marshall em protestos e organizações contra a guerra, pressionando constantemente o governo britânico a terminar com as hostilidades. Da mesma forma que as ações de Pankhurst

³³ No original: “Yet we have to address the question of why they failed so totally to influence the course of events, to interrupt the march towards Hitler and 1939 which they had seen so clearly from that day in 1919 when they read with shock and horror the terms of the imposed Treaty of Versailles. Was the vote a Pyrrhic victory in that, ironically, women had indeed been accepted into the political system on male terms - in practice, on condition of conformity? So that these women, arguably the most able and internationally well-versed of their time, who understood the system so well, but who could not accept its values, were everlastingly ignored no matter how important their message? Would it have been different had the feminist pacifists been able to carry the majority of suffragists with them during the war?” (VELLACOTT, 1987, p. 96-97).

e da NCF influenciaram, em certa medida, as decisões da administração pública do país, assim também pode ser dito de Marshall e das outras pacifistas.

As pressões políticas contra o governo, no nível II, apesar de não terem logrado êxito no seu objetivo final - finalizar com a IGM -, certamente influenciaram algumas das ações adotadas pelos tomadores de decisão na política externa (nível I), pois o apoio popular - ou a sua falta - sempre são considerados pelo poder público, especialmente em tempos de guerra (PUTNAM, 2010). Em outras palavras, houve influências favoráveis e contrárias às posições adotadas pelo governo do Reino Unido, especialmente considerando o caráter subjetivo e cognitivo que podem permear a formulação de políticas públicas nacionais e internacionais (FIGUEIRA, 2011).

Entretanto, conforme o questionamento de Vellacott (1987) acima, o impacto dos movimentos feministas, incluindo a organização britânica, não foi suficiente para mudar os rumos da política externa e, por conseguinte, da política internacional do período. Nesse sentido, cabe ponderar se justamente a falta da presença feminina e a pouca diversidade no modo de pensamento dentro das instâncias decisórias dos governos não foi uma das causas para a continuidade das austeridades ao longo do período entreguerras e para o começo da II Guerra Mundial. Isto é, apesar de já estarem presentes na política britânica, as mulheres ainda não eram participantes, não sendo ouvidas com a devida atenção e tendo suas vozes silenciadas ou diminuídas mesmo quando comunicavam questões de grande valor para a sociedade, como no caso do Tratado de Versalhes.

Dito isso, conforme abordado anteriormente, a heterogeneidade do movimento sufragista britânico - e internacional - é um aspecto muito positivo da dinâmica feminista, pois possibilita a inserção de diferentes mulheres e pontos de vista nas discussões da temática de gênero e outras afins. Porém, se não houver concentração nos pontos em comum da pauta, segundo Tickner (2001), o movimento pode ser enfraquecido por forças externas, tal como a I Guerra Mundial é vista por alguns autores referente ao sufrágio britânico.

No entanto, considerando a continuidade como símbolo de resistência, o movimento sufragista britânico, ainda que em menor intensidade, manteve sua campanha de direito ao voto ao longo do período da IGM, logrando sua eventual conquista em 1918. Além disso, as sufragistas britânicas tiveram papel fundamental - mesmo que não protagonista - na formulação de políticas internas do país que refletiam as decisões na política externa. Esta constatação pode ser compreendida na luz da abordagem de Tickner (2001), uma vez que mesmo sendo *players* da política internacional, ainda há falta de atenção às vozes femininas na arena política. Ademais, em Putnam (2010), é possível encontrar argumentos acerca da

necessidade de se considerar os atores marginalizados para maior êxito dos debates. Inclusive, vale ressaltar que a pressão popular interna promovida pelas sufragistas, no nível II, impactou, apesar de indiretamente, no julgamento das decisões dos representantes britânicos no contexto internacional, no nível I (PUTNAM, 2010).

Além disso, a formação da WILPF e a ocorrência do Congresso de Haia e sua decorrente Resolução demonstram a atuação das sufragistas pacifistas como *policy makers*, ou seja, atores de mudança organizados da sociedade civil na ordem política internacional. Em outras palavras, as sufragistas pacifistas criaram meios, tal qual o Congresso, para agir no cenário internacional (nível I). Contudo, a falta de diversidade de gênero nas instâncias de decisão governamental dos países, inclusive do Reino Unido, e os mecanismos de interesse estatais do cenário externo levaram à invisibilidade das posições femininas sobre a IGM e seu gerenciamento.

Nesse sentido, cabe destacar o Ato Parlamentar de Qualificação das Mulheres - *1918 Parliament (Qualification) of Women Act* - outorgado nove meses após o Ato de Representação das Pessoas, em 1918, que permitiu a candidatura de mulheres às eleições gerais e, conseqüentemente, sua entrada no Parlamento britânico. A primeira mulher eleita foi Constance Markievicz, que não seguiu em frente devido às suas convicções republicanas, e a primeira a ocupar o cargo de membro do Parlamento foi Nancy Astor, em 1919. Astor foi a única mulher entre 650 homens na instituição por dois anos, tendo enfrentado grandes dificuldades para ser ouvida e reconhecida como parte do processo político. Ao longo dos anos, outras mulheres foram conquistando seu espaço no âmbito público e suas vitórias em projetos legislativos, sendo que duas mulheres ocuparam o cargo de Primeiro-Ministro do Reino Unido: Margaret Thatcher (1979-1990) e Theresa May (2016-2019). Entretanto, a população feminina e, em especial, a pauta feminista continuam sub-representadas na dinâmica parlamentar e política britânica, especialmente aquelas relacionadas a etnias não brancas, sendo que a primeira membro do Parlamento negra foi Diane Abbott apenas em 1987 (BEAUMONT, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que é abordado na obra de Calvini-Lefebvre, intitulada “*The great war in the history of british feminism: Debates and controversies, 1914 to the present*” (2015), existem variadas críticas e debates acerca do papel do período da I Guerra Mundial no desenvolvimento do movimento sufragista britânico. Alguns autores, como Richard Evans, citado no capítulo anterior, considera o evento da IGM como um fator de estímulo para o declínio do movimento sufragista, haja vista a sua decorrente fragmentação em diferentes linhas de pensamento e de atuação. Contudo, por meio da análise realizada na presente pesquisa, é possível compreender que o movimento não necessariamente decaiu ou ascendeu com a guerra e, sim, modificou-se.

Conforme foi tratado por Elizabeth Crawford (2021), previamente ao conflito já haviam diferentes sociedades sufragistas que, apesar de terem a obtenção do sufrágio feminino como objetivo em comum, divergiam em relação aos métodos de campanha utilizados para essa finalidade, demonstrando a heterogeneidade e diversidade do movimento sufragista, assim como do feminista. Com o advento da IGM, as mulheres participantes da luta pelo sufrágio necessitaram repensar suas atividades, de modo a auxiliar ou protestar contra as atitudes tomadas pelo governo britânico. Dessa forma, é importante considerar, em concordância com Vellacott (1987), que o trabalho de guerra desenvolvido pelas sufragistas ao longo do conflito é intrínseco ao sufragista propriamente dito, pois o primeiro - a favor ou contra - era visto como estratégia e meio para alcançar o segundo.

Nesse sentido, percebe-se que algumas mulheres alteraram seu posicionamento pré-IGM e outras o mantiveram, construindo uma atuação nacional, no nível II, de acordo com o conceito de Putnam (2010), que reverberou no nível I. Assim, é possível elencar algumas das atuações das sufragistas durante o período da I Guerra Mundial que demonstram sua relevância:

- I. as sufragistas militaristas, como Emmeline Pankhurst, apoiaram o esforço de guerra, por meio da promoção do alistamento militar às Forças Armadas e do incremento ao trabalho industrial britânico, em especial bélico;
- II. algumas sufragistas constitucionais, tal qual Millicent Fawcett, também apoiaram a guerra, como forma de demonstrar sua lealdade ao governo e, portanto, o merecimento das mulheres em obter o voto; e

III. as sufragistas pacifistas trabalharam na campanha contra a guerra e na defesa do seu fim por meio de pressões populares internas, como publicação de propaganda antiguerra e apoio a outros grupos - sendo relevante citar a *No-Conscription Fellowship* - e construindo meios de pressão externa, como o Congresso Internacional de Mulheres pela Paz em Haia (1915).

Em suma, o trabalho das sufragistas foi importante para a entrada das mulheres na esfera política e para a quebra de paradigmas estruturais de caráter patriarcal da dimensão pública britânica, mas outros paradigmas ainda precisam ser quebrados para que as mulheres possam se tornar protagonistas de suas narrativas e participantes igualitárias do sistema político. A falta de participação ativa das mulheres na política é uma questão presente até a atualidade e continua sendo um problema que deve ser estudado e resolvido, a fim de que situações de tensões ou conflitos internacionais, tal qual a I Guerra Mundial, sejam administrados de forma plural e completa. A presença feminina e de outros grupos sociais é, portanto, necessária para a tomada de decisão democrática interna e externa dos países.

Com a conquista do voto em 1918 e sua extensão em 1928 - *Representation of the People Act* e *Equal Franchise Act*, respectivamente -, as mulheres britânicas iniciaram sua participação política e, portanto, social, econômica e cultural na sociedade, sendo reconhecidas não somente como integrantes desta, mas também como atores ativos na sua construção. Ao longo do restante do século XX, elas continuaram avançando na campanha feminista, e é possível citar como exemplo a sua entrada mais profunda no mercado de trabalho durante a II Guerra Mundial (1939-1945), ocupando as vagas ociosas dos homens que foram lutar no conflito, tal como ocorreu na I Guerra Mundial.

Ademais, considerando que a agenda feminista necessita de representação no Legislativo para se fazer valer, o direito a se candidatar em eleições, por meio do *Parliament (Qualification) of Women Act*, ainda em 1918, foi fundamental para a continuidade da conquista de direitos femininos e para ampliar a representação política das mulheres. A partir da entrada feminina no Parlamento britânico, alguns projetos de lei foram desenvolvidos, como o Ato de Igualdade de Tutela de Crianças de 1925 - *1925 Equal Guardianship of Children Act* - e o Ato de Abonos de Família de 1945 - *1945 Family Allowances Act* -, os quais constituíram-se como importantes passos acerca da tutela infantil e da independência financeira feminina, respectivamente (BEAUMONT, 2020).

Entretanto, em 2021, com as eleições gerais de 2019, ainda que em maior quantidade que no período do século XX, as mulheres estão sub-representadas, sendo 220 de 650

membros parlamentares na Casa dos Comuns (34%) e 223 de 789 cadeiras (28%) na Casa dos Lordes e, considerando as figuras de Margaret Thatcher e Theresa May, que chegaram ao cargo de Primeiro-Ministro, percebe-se que também há pouca representatividade ideológica entre as mulheres no poder, haja vista que ambas são do partido conservador britânico, o qual é maioria no Parlamento (INSTITUTE FOR GOVERNMENT, 2021).

Nesse sentido, cabe voltar ao debate proposto por Céli Pinto (2010), quando esta propõe o questionamento sobre o tipo de representação que as mulheres, como grupo social, buscam: feminista ou apenas feminina? Se a decisão for feminista, como desenvolver essa pauta na política nacional do país e na política externa? Em 2015, o governo sueco apresentou uma proposta para esta questão, autodeclarando-se publicamente como feminista e desenvolvendo, por meio do Manual de Política Externa Feminista da Suécia, uma abordagem de suas relações exteriores com foco no combate da discriminação e subordinação sistêmicas de mulheres e meninas ao redor do mundo. Para tal, o governo sueco considera as questões de gênero não apenas como um objetivo e um direito humano, mas também fortemente interligadas a outros temas, sendo possível citar paz, segurança e desenvolvimento sustentável (BARBARÁ, 2020).

Um dos objetivos da Política Externa Feminista que é relevante destacar consiste na promoção, principalmente nas regiões da América Latina, Ásia, África e Oriente Médio, de maior participação feminina nas discussões relativas à prevenção e resolução de conflitos e consolidação da paz após um conflito armado (BARBARÁ, 2020). Isto é, percebe-se que a proposta feita pelas sufragistas pacifistas sobre o maior envolvimento das mulheres na tomada de decisões referente à guerra, no Congresso de Haia, foi desenvolvida institucionalmente por um governo somente 100 anos depois. Considerando os problemas de gênero enfrentados pelas mulheres, além daqueles gerais no período de guerras, conforme foi debatido pelas pacifistas, é possível perceber a importância desta proposta, bem como a necessidade de sua aplicação prática.

A Política Externa Feminista alcançou importantes conquistas internacionais, especialmente na temática de saúde reprodutora e sexual feminina, todavia diversas críticas são tecidas acerca da falta de interseccionalidade na política externa sueca quando esta considera mulheres e meninas como um grupo genérico sem individualidades. Da mesma forma, também há questionamentos sobre a real eficácia do programa, pois afirma-se que este não obteve sucesso no rompimento da estrutura institucional masculina das relações exteriores, tampouco modificou as bases machistas sobre as quais constrói-se a política externa (BARBARÁ, 2020).

Dito isso, conclui-se que a campanha sufragista britânica foi um ponto fundamental para o desenvolvimento do movimento feminista como um todo e para o desdobramento da obtenção dos direitos civis e políticos, entre outros, pelas mulheres. Além disso, tendo em vista a heterogeneidade de pessoas e pensamentos no grupo, compreende-se a diversidade da atuação das sufragistas na política britânica ao longo do período da I Guerra Mundial e do pós-guerra. As sufragistas realizaram um ativismo que, como a própria palavra esclarece, foi ativo nas suas variadas formas de agir (militante, constitucional, patriótico, pacifista, nacional e internacional), contudo não foi protagonista nas ações políticas naquele momento e não teve visibilidade nas narrativas posteriores sobre o tema devido às relações hierárquicas de gênero que permeiam a esfera política e a sociedade.

As sufragistas conquistaram o espaço da mulher no meio político, porém ainda estamos conquistando nossa voz e, neste ponto, encontra-se a importância deste trabalho: recordar e analisar um ativismo que foi (quase) esquecido. A partir da implementação da Política Externa Feminista, percebe-se que a pauta feminista pode ser desenvolvida no contexto interno de um país e transbordar para o âmbito externo. Com isso, pode-se questionar, por exemplo, se essa abordagem é viável no Reino Unido ou em outros países e como é possível aperfeiçoá-la a partir das críticas à ela formuladas.

Por fim, cabe ressaltar que o presente estudo não esgota o tema, havendo uma variada gama de caminhos de pesquisa que podem ser seguidos, tais como: a interseccionalidade do movimento sufragista, o movimento sufragista nas colônias britânicas sob uma perspectiva decolonial; e o impacto do sufrágio na política externa de outros países, como Nova Zelândia (primeiro país a adotar o voto feminino, em 1893), entre outros. Ainda que cada vez mais estudado nas Relações Internacionais (RI), ainda existem muitas áreas acadêmicas em que o feminismo pode e deve atuar, sendo o estudo da política externa uma delas. Assim, é essencial que feministas de RI continuem procurando desenvolver sua própria agenda de estudos, a fim de possibilitar a quebra das relações desiguais de gênero e, portanto, novos entendimentos das políticas mundiais.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. **Métodos qualitativos de pesquisa**: uma introdução. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais, Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, p. 8-23, 2016.
- BARBARÁ, Mariana Padovani. **O aprofundamento da perspectiva de gênero nas Relações Internacionais**: um estudo da Política Externa Feminista da Suécia. Orientador: Sandra Aparecida Cardozo. 2020. 115 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.
- BEAUMONT, Caitríona. **Women in Parliament from 1918-2020**. London, UK: British Library, 2020. Disponível em: <https://www.bl.uk/womens-rights/articles/women-in-parliament-1918-2020>. Acesso em: 18 nov. 2021.
- BRITISH Library. **The campaign for women’s suffrage**: An introduction. Londres, 2018a. Disponível em: <https://www.bl.uk/votes-for-women/articles/the-campaign-for-womens-suffrage-an-introduction>. Acesso em: 28 set. 2021.
- BRITISH Library. **What is the difference between the suffragists and the suffragettes?** Londres, 2018b. Disponível em: <https://www.bl.uk/votes-for-women/articles/suffragists-and-suffragettes>. Acesso em: 29 set 2021.
- CASTELOW, Ellen. No vote, no census – 1911 Census Protests. **Historic UK**, 2021. Disponível em: <https://www.historic-uk.com/HistoryUK/HistoryofBritain/No-Vote-No-Census-1911-Census-Protests/>. Acesso em: 9 out. 2021.
- CRAWFORD, Elizabeth. Elizabeth Crawford on the Women's Suffrage Campaign. Reino Unido: *Women’s Suffrage Project*, 2021. *Podcast*. Disponível em: <https://www.suffrageresources.org.uk/resource/3207/elizabeth-crawford-on-the-womens-suffrage-campaign>. Acesso em 5 out. 2021.
- FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à Análise de Política Externa**. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 1.
- FREEDMAN, Estelle B. **No turning back**: The history of feminism and the future of women. Nova Iorque: Ballantine Books, 2002.
- FRIEDEN, Jeffry A. **Capitalismo global**: história econômica e política do século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- HERMANN, Charles F. Changing course: When governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, London, UK, v. 34, n. 1, p. 3-21, mar. 1990.
- HISTORY. Quakers. **A&E Television Networks**, [S. l.], 19 maio 2017. Disponível em: <https://www.history.com/topics/immigration/history-of-quakerism>. Acesso em: 1 nov. 2021.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTE FOR GOVERNMENT. **Gender balance in parliament**. 2021. Disponível em: <https://www.instituteforgovernment.org.uk/publication/gender/parliament>. Acesso em: 23 nov. 2021.

INTERNATIONAL CONGRESS OF WOMEN. **Resolutions adopted**. 1915. Disponível em: http://www2.ub.gu.se/kvinndata/portaler/fred/samarbete/pdf/resolutions_1915.pdf. Acesso em: 30 out. 2021.

JOHNSON, Mary Ann. *Entry: Hull House*. **Encyclopedia of Chicago**. Chicago: Chicago Historical Society, 2005. Disponível em: <http://www.encyclopedia.chicagohistory.org/pages/615.html>. Acesso em: 5 nov. 2021.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**. São Paulo: Elsevier, 1989.

KEYNES, John Maynard. **As consequências econômicas da paz**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. (Clássicos IPRI; v. 3)

LAMONT, Christopher. **Research methods in International Relations**. London, UK: Sage, 2015.

LAPID, Yosef. The third debate: On the prospects of international theory in a post-positive era. **International Studies Quarterly**, London, UK, v.33, p. 235-254, 1989.

MOEHLECKE, Carolina. A teoria crítica das Relações Internacionais: questionando a tradição positivista do Realismo Estrutural. **Revista Perspectiva**, Porto Alegre, v. 12, p. 43-54, fev./mar. 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos Jogos de Dois Níveis. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, jun. 2010.

RILEY, Charlotte. The history of feminism: A look to the past? **IPPR Progressive Review**, [S. l.], v. 24, n. 4, p. 292-298, mar. 2018.

SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). **História das Relações Internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

THE MEN WHO SAID NO. **Catherine Marshall**. [2021]. Disponível em: https://menwhosaidno.org/context/women/marshall_c.html. Acesso em: 10 nov. 2021.

TICKNER, J. Ann. **Gendering world politics: Issues and approaches in the PostCold War Era**. Nova York: Columbia University Press, 2001.

TRAN, Rosie. **International Women's Peace Conference in The Hague (April 28–May 1, 1915)**. 2021. Disponível em: <https://hist259.web.unc.edu/international-womens-peace-conference-in-the-hague-april-28-may-1-1915/>. Acesso em: 2 nov. 2021.

UK PARLIAMENT. **Start of the suffragette movement**. Londres, 2021a. Disponível em: <https://www.parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/electionsvoting/womenvote/overview/startsoffragette-/>. Acesso em: 30 set. 2021.

UK PARLIAMENT. **1913 Cat and Mouse Act**. Londres, 2021b. Disponível em: <https://www.parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/electionsvoting/womenvote/case-study-the-right-to-vote/the-right-to-vote/winson-green-forcefeeding/cat-and-mouse-act/>. Acesso em: 11 out. 2021.

UK PARLIAMENT. **Women get the vote**. Londres, 2021c. Disponível em: <https://www.parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/electionsvoting/womenvote/overview/thevote/>. Acesso em: 12 out. 2021.

UN GENEVA. **League of Nations**. United Nations Office at Geneva, 2021. Disponível em: <https://www.ungeneva.org/en/history/league-of-nations>. Acesso em: 24 nov. 2021.

VELLACOTT, Jo. Feminist consciousness and the First World War. **History Workshop Journal**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 81-101, 1987.

VELLACOTT, Jo. Anti-war suffragists. **History**, [S. l.], v. 62, n. 206, p. 411-425, 1977.

WCML, Working Class Movement Library. **No Conscription Fellowship**. 2021. Disponível em: <https://www.wcml.org.uk/our-collections/protest-politics-and-campaigning-for-change/no-conscription-fellowship/>. Acesso em: 1 nov. 2021.

WILSON, Woodrow. President Woodrow Wilson's 14 Points. **U.S. National Archives & Records Administration**, jan. 1918. Disponível em: <https://www.archives.gov/historical-docs/todays-doc/index.html?dod-date=108>. Acesso em: 12 nov. 2021.